DAIANA SANTOS RYU

**O DIREITO AO DESENCARCERAMENTO DO ACUSADO PRESO CAUTELARMENTE,
CASO NÃO SEJA JULGADO NO PRAZO RAZOÁVEL: ANÁLISE DOS CRITÉRIOS
UTILIZADOS PARA AFERIÇÃO DO EXCESSO DE PRAZO DA PRISÃO CAUTELAR NA
JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES BRASILEIROS**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

ORIENTADORA: PROFA. DRA. MARTA CRISTINA CURY SAAD GIMENES

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

SÃO PAULO – SP

2018

DAIANA SANTOS RYU

**O DIREITO AO DESENCARCERAMENTO DO ACUSADO PRESO CAUTELARMENTE,
CASO NÃO SEJA JULGADO NO PRAZO RAZOÁVEL: ANÁLISE DOS CRITÉRIOS
UTILIZADOS PARA AFERIÇÃO DO EXCESSO DE PRAZO DA PRISÃO CAUTELAR NA
JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES BRASILEIROS**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direito Processual, sob a orientação da Professora Doutora Marta Cristina Cury Saad Gimenes.

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO**

São Paulo – SP

2018

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Ryu, Daiana Santos

O direito ao desencarceramento do acusado preso cautelarmente, caso não seja julgado no prazo razoável: análise dos critérios utilizados para aferição do excesso de prazo da prisão cautelar na jurisprudência dos Tribunais Superiores brasileiros / Daiana Santos Ryu ; orientadora Marta Cristina Cury Saad Gimenes -- São Paulo, 2018.

393

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Direito Processual) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2018.

1. Prazo razoável. 2. Prisão cautelar. 3. Doutrina do "não-prazo". 4. Critérios. 5. Jurisprudência. I. Gimenes, Marta Cristina Cury Saad, orient. II. Título.

RYU, Daiana Santos.

O direito ao desencarceramento do acusado preso cautelarmente, caso não seja julgado no prazo razoável: análise dos critérios utilizados para aferição do excesso de prazo da prisão cautelar na jurisprudência dos Tribunais Superiores brasileiros.

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da
Universidade de São Paulo como exigência parcial para
obtenção do título de Mestre em Direito.

Aprovada em: ____/____/____

Banca Examinadora

Prof.Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

À minha avó, Maria Rodrigues Lopes.
(*in memoriam*)

AGRADECIMENTOS

Trilhar os caminhos da vida acadêmica, embora gratificante, nem sempre é uma tarefa simples. Foram horas de aulas, pesquisa e redação do presente trabalho. Chegar até aqui nos traz um sentimento inexplicável de satisfação por concluir essa importante etapa, que só foi possível pelo apoio e incentivo de várias pessoas, a quem serei eternamente grata.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus por possibilitar a realização desse sonho.

À professora Marta Saad, pela confiança ao longo desses três anos, por todo incentivo e pelas valiosas contribuições ao presente estudo. Serei sempre grata por ter despertado em mim o interesse em seguir a carreira acadêmica.

Aos professores Maria Thereza Rocha de Assis Moura e Gustavo Henrique Badaró, pelas inestimáveis sugestões na ocasião de minha banca de qualificação. Seus comentários e sugestões serviram de norte para o aprimoramento deste trabalho.

Aos meus pais, que se esforçaram ao máximo para fornecer todos os meios materiais e imateriais para o alcance dos meus objetivos. Certamente, seria impossível retribuir todo carinho e dedicação que tiveram comigo durante essa caminhada. Suas palavras de incentivo e de motivação foram essenciais para que eu pudesse chegar até aqui.

Às minhas irmãs, Suzana e Luciana, pelo apoio incondicional nesta trajetória. Muito obrigada por toda paciência em ouvir minhas inquietações durante a realização desta pesquisa. Aos meus sobrinhos, Artur, Higor, Cauã e Moroni, pela compreensão nos momentos de ausência e por todo carinho ao longo dessa etapa.

Ao Carlos, meu namorado, pela dedicação em ler e reler este trabalho, por todas as dicas e por todo apoio ao longo dessa caminhada. Indubitavelmente, o seu suporte foi fundamental para a conclusão deste estudo. Muito obrigada por estar sempre ao meu lado e por ser essencial em minha vida. Tudo fica mais fácil ao seu lado.

A todos os meus amigos, em especial, à Jaqueline Yassumoto Nishi, à Thaís Trindade Pereira Coelho, à Camila Emi Tomimatsu, à Juliana Yumi Campanile Oeda, à Stella Gomes de Oliveira, ao Ricardo Ferreira da Silva e à Anna Beatriz Savioli, por cada palavra de incentivo nessa fase.

Agradeço também ao Vinicius Gomes de Vasconcellos, pelas ricas discussões sobre o tema de minha pesquisa, pelas sugestões e por toda ajuda ao longo desses três anos.

Aos meus queridos amigos Gabriel Silva Costa e Beatriz Berg, pelo companheirismo e pela cumplicidade em todos os momentos da pós-graduação.

Não poderia deixar de agradecer a toda equipe do gabinete da Defensoria Pública-Geral do Estado, especialmente à Dra. Mariana Tonolli Chiavone Delchiaro e aos Drs. David Eduardo Depiné Filho e Glauber Callegari, pela compreensão durante todo período da pós-graduação, em razão das minhas atividades acadêmicas.

Aos funcionários da Biblioteca da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco e do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCrim), pelo importante auxílio na obtenção do material bibliográfico.

Também direciono meus agradecimentos ao Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal, pela disponibilização dos acórdãos em seus sítios eletrônicos de forma bastante acessível, o que viabilizou a elaboração da presente dissertação.

Por fim, aos queridos alunos da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, por todo aprendizado e pela valiosa troca de experiências durante as monitorias.

“O tempo não existe. O que chamamos de tempo é o movimento de evolução das coisas, mas o tempo em si não existe. Ou existe imutável e nele nos transladamos.”

CLARICE LISPECTOR

RESUMO

RYU, Daiana Santos. *O direito ao desencarceramento do acusado preso cautelarmente, caso não seja julgado no prazo razoável: análise dos critérios utilizados para aferição do excesso de prazo da prisão cautelar na jurisprudência dos Tribunais Superiores brasileiros*. 2018. 393 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

A presente pesquisa tem como escopo a análise dos critérios utilizados pelos Tribunais Superiores brasileiros na aferição da razoabilidade do prazo da prisão cautelar, eis que o ordenamento jurídico pátrio optou pela doutrina do “não-prazo”, não tendo previsto prazo máximo à duração da persecução penal, bem como à duração da prisão preventiva. Para tanto, após o desenvolvimento de um arcabouço teórico sobre a relação do tempo com o processo e com a prisão cautelar, bem como acerca dos principais aspectos da prisão cautelar no sistema penal brasileiro, analisa-se a doutrina do “não-prazo” e o direito ao desencarceramento do acusado preso cautelarmente, caso não seja julgado no prazo razoável, no âmbito dos sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos. Realiza-se, então, um estudo da previsão da garantia da duração razoável do processo e do direito ao desencarceramento do acusado preso cautelarmente, caso não seja julgado no prazo razoável, no âmbito dos tratados internacionais, bem como o desenvolvimento e a aplicação da teoria dos três critérios pelas Cortes Europeia e Interamericana de Direitos Humanos, as quais tem servido de inspiração aos Tribunais Superiores pátrios. Por meio da análise da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, verifica-se que os critérios da complexidade da causa, do comportamento da parte e da conduta das autoridades judiciárias, desenvolvidos no âmbito dos sistemas regionais de proteção dos direitos humanos, são frequentemente utilizados para aferição da razoabilidade do prazo da prisão cautelar. No entanto, constata-se que a utilização dos critérios é realizada de forma diversa no âmbito interno, eis que, em vários casos, os três critérios não são aplicados de maneira conjunta, tal como ocorre nos sistemas regionais de proteção dos direitos humanos, e que o conteúdo deles é preenchido de modo superficial e aleatório, não havendo a preocupação de se realizar um efetivo estudo das circunstâncias do caso concreto por parte dos Tribunais Superiores brasileiros. Por fim, conclui-se que a teoria dos três critérios não é suficiente para conter a discricionariedade do órgão julgador no momento da aferição da razoabilidade da prisão cautelar, sendo de rigor a fixação de prazo máximo para a duração da prisão preventiva, bem como para a persecução penal.

Palavras-chave: Prazo razoável. Prisão cautelar. Doutrina do “não-prazo”. Critérios. Jurisprudência.

ABSTRACT

RYU, Daiana Santos. *The right to release the accused in custody if not tried within a reasonable time: an analysis of the criteria used to assess the length in excess of the custody in the Brazilian Superior Courts' jurisprudence*. 2018. 393 pp. Dissertation (Master degree) – Law School, University of São Paulo, São Paulo, 2018.

The present research aims at analyzing the criteria used by the Brazilian Superior Courts in the assessment of the reasonableness precautionary prison term, given that the domestic legal system opted for the doctrine of "no-term", with no provision neither for a maximum term of criminal persecution nor for the duration of pre-trial detention. In order to do so, following the development of a theoretical framework on the connection of time with process and with precautionary prison, as well as on the main aspects of precautionary prison in the Brazilian criminal system, the doctrine of "no-term" and the right to release the accused in custody if he or she is not tried within a reasonable time within the framework of the international human rights' protection systems will be herein analyzed. A study was thus carried out to assess the guarantee of a reasonable trial length and the right to release the accused in custody if not tried within a reasonable time, in the context of international treaties, as well as the development and application of the three-criteria theory by the European and Inter-American Courts of Human Rights, which have been serving as inspiration to the Brazilian Superior Courts. Through the analysis of Federal Supreme Court's and the Superior Court's jurisprudence, it is verified that the criteria of complexity of the cause, behavior of the party and conduct of the judicial authorities, developed within the framework of the regional systems for the protection of human rights, are often used to assess the reasonableness of the custody term. However, it is noted that the use of such criteria is carried out differently at the national level, since those three criteria are not applied jointly in several cases, as it occurs within the regional systems for the protection of human rights, not to mention that their content is filled in a superficial and random manner, in disregard of an effective study of the circumstances of the case by the Brazilian Superior Courts. Finally, it is concluded that the three-criteria theory is not enough to restrain the judges' discretion when assessing the reasonableness of the precautionary arrest, being it imperative to set a maximum period for pre-trial detention, as well as for criminal prosecution.

Keywords: Reasonable period. Pre-trial detention. Doctrine of "no-term". Criteria. Jurisprudence.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Evolução das pessoas privadas de liberdade entre 1990 e 2016	39
Gráfico 2- Evolução da população prisional provisória entre 2001 e 2016.....	40
Gráfico 3 - Distribuição de presos provisórios por unidade da federação	41
Gráfico 4 - Ocupação das vagas destinadas aos presos provisórios	42
Gráfico 5 - Distribuição das vagas dos presos provisórios por unidade da federação.....	43
Gráfico 6 - Percentual de presos sem condenação com mais de 90 dias de aprisionamento	44
Gráfico 7 - Liminares (Superior Tribunal de Justiça).....	219
Gráfico 8 - Pareceres do Ministério Público (Superior Tribunal de Justiça).....	220
Gráfico 9 - Resultado do julgamento dos casos analisados (Superior Tribunal de Justiça)	221
Gráfico 10 - Placar do julgamento dos casos analisados (Superior Tribunal de Justiça) ..	222
Gráfico 11 - Resultado do julgamento dos casos analisados pelo Superior Tribunal de Justiça no período de 2005 a 2016.....	222
Gráfico 12 - Concessão da ordem e recomendação de celeridade no julgamento (Superior Tribunal de Justiça).....	224
Gráfico 13 - Concessão da liberdade (Superior Tribunal de Justiça)	225
Gráfico 14 - Duração das prisões cautelares (Superior Tribunal de Justiça).....	227
Gráfico 15 - Concessão da liberdade e duração das prisões provisórias (Superior Tribunal de Justiça)	228
Gráfico 16 - Tipos penais e duração da prisão cautelar (Superior Tribunal de Justiça)	230
Gráfico 17 - Número de critérios utilizados nas decisões do Superior Tribunal de Justiça	231
Gráfico 18 - Critérios utilizados nas decisões do Superior Tribunal de Justiça	233
Gráfico 19 - Utilização de 01 critério (Superior Tribunal de Justiça)	233

Gráfico 20 - Utilização da teoria dos três critérios no período de 2005 a 2016 (Superior Tribunal de Justiça).....	234
Gráfico 21 - Não conhecimento da ordem e critérios utilizados (Superior Tribunal de Justiça)	235
Gráfico 22 - Denegação da ordem e critérios utilizados (Superior Tribunal de Justiça)...	236
Gráfico 23 - Concessão da ordem e critérios utilizados (Superior Tribunal de Justiça) ...	237
Gráfico 24 - Relação entre concessão da liberdade e critérios utilizados pelo Superior Tribunal de Justiça	238
Gráfico 25 - Relação entre a aplicação dos critérios e o resultado do julgamento dos casos analisados pelo Superior Tribunal de Justiça.....	239
Gráfico 26 - Aplicação das súmulas nº 52, nº 21 e nº 64 do Superior Tribunal de Justiça (2007-2016)	246
Gráfico 27 - Liminares (Supremo Tribunal Federal).....	277
Gráfico 28 - Pareceres do Ministério Público (Supremo Tribunal Federal).....	278
Gráfico 29 - Resultado do julgamento dos casos analisados (Supremo Tribunal Federal)	279
Gráfico 30 - Placar do julgamento dos casos analisados (Supremo Tribunal Federal)	279
Gráfico 31 - Resultado do julgamento dos casos analisados pelo Supremo Tribunal Federal no período de 2005 a 2016.....	280
Gráfico 32 - Concessão da ordem e recomendação de celeridade no julgamento (Supremo Tribunal Federal)	281
Gráfico 33 - Concessão da liberdade (Supremo Tribunal Federal)	282
Gráfico 34 - Duração das prisões cautelares (Supremo Tribunal Federal).....	285
Gráfico 35 - Concessão da liberdade e duração das prisões provisórias (Supremo Tribunal Federal)	286
Gráfico 36 - Tipos penais e duração da prisão cautelar (Supremo Tribunal Federal)	288
Gráfico 37 - Número de critérios utilizados nas decisões do Supremo Tribunal Federal .	289
Gráfico 38 - Critério utilizado nas decisões do Supremo Tribunal Federal	290
Gráfico 39 - Utilização de 01 critério (Supremo Tribunal Federal)	291

Gráfico 40 - Utilização da teoria dos três critérios no período de 2005 a 2016 (Supremo Tribunal Federal)	292
Gráfico 41 - Não conhecimento da ordem e critérios utilizados (Supremo Tribunal Federal)	292
Gráfico 42 - Extinção sem julgamento do mérito e critérios utilizados (Supremo Tribunal Federal)	293
Gráfico 43 - Denegação da ordem e critérios utilizados (Supremo Tribunal Federal)	294
Gráfico 44 - Concessão da ordem e critérios utilizados (Supremo Tribunal Federal)	295
Gráfico 45 - Relação entre concessão da liberdade e critérios utilizados pelo Supremo Tribunal Federal.....	296
Gráfico 46 - Relação entre a aplicação dos critérios e o resultado do julgamento dos casos analisados pelo Supremo Tribunal Federal.....	297

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Recomendação de celeridade no julgamento (Superior Tribunal de Justiça)...	225
Tabela 2 - Tipos penais (Superior Tribunal de Justiça)	229
Tabela 3 - Elementos utilizados para o preenchimento do critério da complexidade da causa (Superior Tribunal de Justiça).....	239
Tabela 4 - Critério da complexidade da causa e a utilização do elemento “número de acusados” (Superior Tribunal de Justiça)	240
Tabela 5 - Argumentos utilizados para embasar o critério do comportamento da parte (Superior Tribunal de Justiça).....	241
Tabela 6 - Argumentos utilizados para embasar o critério da conduta das autoridades judiciárias (Superior Tribunal de Justiça).....	242
Tabela 7 - Utilização dos sistemas regionais de proteção dos direitos humanos como referência (Superior Tribunal de Justiça).....	243
Tabela 8 - Súmulas nº 52, nº 21 e nº 64 do Superior Tribunal de Justiça: aplicação e mitigação.....	245
Tabela 9 - Recomendação de celeridade no julgamento (Supremo Tribunal Federal).....	283
Tabela 10 - Tipos penais (Supremo Tribunal Federal)	287
Tabela 11 - Elementos utilizados para o preenchimento do critério da complexidade da causa (Supremo Tribunal Federal).....	298
Tabela 12 - Critério da complexidade da causa e a utilização do elemento “número de acusados” (Supremo Tribunal Federal)	299
Tabela 13 - Argumentos utilizados para embasar o critério do comportamento da parte (Supremo Tribunal Federal).....	300
Tabela 14 - Argumentos utilizados para embasar o critério da conduta das autoridades judiciárias (Supremo Tribunal Federal)	301
Tabela 15 - Utilização dos sistemas regionais de proteção dos direitos humanos como referência (Supremo Tribunal Federal).....	302

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	21
1 TEMPO, PROCESSO E PRISÃO CAUTELAR.....	26
1.1 BREVES REFLEXÕES SOBRE TEMPO, TEMPO DO DIREITO E TEMPO SOCIAL.....	26
1.2 TEMPO E PROCESSO	30
1.3 TEMPO E PRISÃO CAUTELAR.....	32
2 A PRISÃO CAUTELAR NO SISTEMA PENAL BRASILEIRO: PRINCIPAIS ASPECTOS	35
2.1 DIAGNÓSTICO DA PRISÃO PROVISÓRIA NO BRASIL: ALGUNS DADOS ESTATÍSTICOS	38
2.2. GARANTIAS CONSTITUCIONAIS E PRISÃO CAUTELAR	45
2.2.1 Presunção de inocência.....	45
2.2.2 Motivação	51
2.3 Características da prisão cautelar.....	54
2.3.1 Provisionalidade e provisoriedade	54
2.3.2 Proporcionalidade.....	58
2.3.3 Excepcionalidade da prisão preventiva	63
2.4 Modalidades de prisão pré-cautelar e cautelar no Brasil	67
2.4.1 Prisão em flagrante.....	68
2.4.1.1 Espécies de prisão em flagrante.....	69
2.4.1.2 Da comunicação da prisão em flagrante e sua apreciação judicial	71
2.4.2 Prisão temporária	72
2.4.2.1 Hipóteses de cabimento	73
2.4.2.2 Duração da prisão temporária	75
2.4.3 Prisão preventiva	76

2.4.3.1 Pressupostos da prisão preventiva (<i>Do fumus comissi delicti</i>)	78
2.4.3.2 Fundamentos da prisão preventiva (<i>Do periculum libertatis</i>)	79
2.4.4 As extintas prisões cautelares decorrentes de sentença condenatória recorível e de pronúncia	83
2.5 MEDIDAS CAUTELARES PESSOAIS ALTERNATIVAS À PRISÃO	86
2.6 AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA	90
 3 DOUTRINA DO “NÃO-PRAZO” E O DIREITO AO DESENCARCERAMENTO DO ACUSADO PRESO CAUTELARMENTE, CASO NÃO SEJA JULGADO NO PRAZO RAZOÁVEL	 93
3.1 O DEVIDO PROCESSO PENAL, A GARANTIA DA DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO PENAL E O DIREITO AO DESENCARCERAMENTO DO ACUSADO PRESO CAUTELARMENTE, CASO NÃO SEJA JULGADO NO PRAZO RAZOÁVEL.....	95
3.2 A GARANTIA DA DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO PENAL E O DIREITO AO DESENCARCERAMENTO DO ACUSADO PRESO CAUTELARMENTE, CASO NÃO SEJA JULGADO NO PRAZO RAZOÁVEL, NOS SISTEMAS INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS ..	102
3.2.1 Sistema global de proteção dos direitos humanos.....	104
3.2.1.1 Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos.....	105
3.2.2 Sistema regional europeu de proteção dos direitos humanos	108
3.2.2.1 Convenção Europeia de Direitos Humanos	112
3.2.2.2 Doutrina do “não-prazo” e os critérios utilizados pelo Tribunal Europeu de Direitos Humanos na aferição da razoabilidade do prazo	115
3.2.2.2.1 <i>O caso Wemhoff vs. Alemanha e a doutrina dos sete critérios.....</i>	<i>118</i>
3.2.2.2.2 <i>A teoria dos três critérios</i>	<i>121</i>
A) Complexidade da causa	125
B) Comportamento das partes	130
C) Conduta das autoridades judiciárias.....	134

<i>D) Outros critérios utilizados pelo Tribunal Europeu de Direitos Humanos para aferição da razoabilidade do prazo.....</i>	<i>139</i>
3.2.2.3 Os termos inicial e final para contagem da duração da prisão cautelar	142
3.2.2.3.1 <i>O termo inicial</i>	143
3.2.2.3.2 <i>O termo final</i>	146
3.2.2.4 Análise de casos apreciados no sistema regional europeu de proteção dos direitos humanos	149
3.2.2.4.1 <i>Caso Riccardi vs. Romênia</i>	149
3.2.2.4.2 <i>Caso El Khoury vs. Alemanha</i>	151
3.2.2.4.3 <i>Caso Sergey Denisov e outros vs. Rússia</i>	155
3.2.3 Sistema regional interamericano de proteção dos direitos humanos.....	158
3.2.3.1 Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem de 1948	162
3.2.3.2 Convenção Americana dos Direitos Humanos	164
3.2.3.3 Doutrina do “não-prazo” e os critérios utilizados no sistema regional interamericano de proteção dos direitos humanos para aferição da razoabilidade do prazo.....	167
3.2.3.4 Os termos inicial e final para contagem da duração da prisão cautelar	169
3.2.3.5 Análise de casos apreciados no sistema regional interamericano de proteção dos direitos humanos	171
3.2.3.5.1 <i>Caso Firmenich vs. Argentina</i>	171
3.2.3.5.2 <i>Caso Giménez vs. Argentina</i>	172
3.2.3.5.3 <i>Caso Peirano Basso vs. Uruguai</i>	176
3.2.3.5.4 <i>Caso Argüelles vs. Argentina</i>	178
3.2.3.5.5 <i>Caso Andrade Salmón vs. Bolívia</i>	180
 4 O DIREITO AO DESENCARCERAMENTO DO ACUSADO PRESO CAUTELARMENTE, CASO NÃO SEJA JULGADO NO PRAZO RAZOÁVEL, NO ÂMBITO DO ORDENAMENTO JURÍDICO INTERNO	 185
4.1 A GARANTIA DA DURAÇÃO RAZOÁVEL DA PERSECUÇÃO PENAL NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	185

4.2	O DIREITO AO DESENCARCERAMENTO DO ACUSADO PRESO CAUTELARMENTE, CASO NÃO SEJA JULGADO NO PRAZO RAZOÁVEL, NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO.....	193
-----	---	-----

4.3	PRAZO RAZOÁVEL NA REFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL: O PROJETO DE LEI Nº 8.045/2010 E A FIXAÇÃO DE PRAZO MÁXIMO PARA A DURAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA.....	201
-----	--	-----

5 ANÁLISE DOS CRITÉRIOS UTILIZADOS PARA AFERIÇÃO DA RAZOABILIDADE DO PRAZO DA PRISÃO CAUTELAR NA JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES BRASILEIROS..... 205

5.1	PESQUISA JURISPRUDENCIAL: JUSTIFICATIVA, METODOLOGIA E DELIMITAÇÃO DO ESPAÇO AMOSTRAL.....	205
-----	--	-----

5.1.1	Prisão provisória, duração razoável e excesso de prazo na jurisprudência dos Tribunais Superiores brasileiros: aspectos iniciais.....	206
-------	---	-----

5.1.2	Metodologia	210
-------	-------------------	-----

5.1.3	Delimitação do espaço amostral	211
-------	--------------------------------------	-----

5.2	ANÁLISE DOS JULGADOS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	218
-----	--	-----

5.2.1	Pesquisa quantitativa.....	218
-------	----------------------------	-----

5.2.1.1	Panorama geral dos julgados selecionados	218
---------	--	-----

5.2.1.1.1	<i>Liminares – Superior Tribunal de Justiça</i>	219
-----------	---	-----

5.2.1.1.2	<i>Pareceres do Ministério Público</i>	219
-----------	--	-----

5.2.1.1.3	<i>Resultado do julgamento dos casos analisados pelo Superior Tribunal de Justiça</i>	220
-----------	---	-----

5.2.1.2	Duração da prisão cautelar.....	226
---------	---------------------------------	-----

5.2.1.3	Tipos penais	228
---------	--------------------	-----

5.2.1.4	Critérios utilizados para aferição da razoabilidade do prazo	231
---------	--	-----

5.2.1.4.1	<i>Número de critérios utilizados nas decisões do Superior Tribunal de Justiça</i>	231
-----------	--	-----

5.2.1.4.2	<i>Aplicação dos critérios nas decisões do Superior Tribunal de Justiça</i>	232
-----------	---	-----

5.2.1.4.3 Resultado do julgamento e aplicação dos critérios.....	235
a) Não conhecimento da ordem e critérios utilizados.....	235
b) Denegação da ordem e critérios utilizados	236
c) Concessão da ordem e critérios utilizados	237
d) Aplicação dos critérios e resultado do julgamento dos casos analisados pelo Superior Tribunal de Justiça.....	238
5.2.1.4.4 Elementos/fatores utilizados para averiguar os critérios nas decisões do Superior Tribunal de Justiça	239
5.2.1.5 Menção ao sistema internacional de proteção dos direitos humanos	243
5.2.1.6 Súmulas nº 21, 52 e 64 do Superior Tribunal de Justiça	244
5.2.2 Pesquisa qualitativa	246
5.2.2.1 Aplicação dos critérios para aferição da razoabilidade do prazo.....	247
5.2.2.1.1 Complexidade da causa	249
5.2.2.1.2 Comportamento da parte	257
5.2.2.1.3 Conduta das autoridades judiciárias.....	262
5.2.2.2 Menção aos sistemas regionais de proteção dos direitos humanos como referência à aplicação da teoria dos três critérios pelo Superior Tribunal de Justiça ...	265
5.2.2.3 Delimitação do período para aferição da razoabilidade do prazo.....	268
5.2.2.4 Outros fundamentos para aferição da razoabilidade do prazo da prisão cautelar	272
5.3 ANÁLISE DOS JULGADOS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	275
5.3.1 Pesquisa quantitativa.....	275
5.3.1.1 Panorama geral dos julgados selecionados	275
5.3.1.1.1 Liminares – Supremo Tribunal Federal	276
5.3.1.1.2 Pareceres do Ministério Público	277
5.3.1.1.3 Resultado do julgamento dos casos analisados pelo Supremo Tribunal Federal	278
5.3.1.2 Duração da prisão cautelar.....	284
5.3.1.3 Tipos penais	286

5.3.1.4 Critérios utilizados para aferição da razoabilidade do prazo	288
5.3.1.4.1 Número de critérios utilizados nas decisões do Supremo Tribunal Federal.	289
5.3.1.4.2 Aplicação dos critérios nas decisões do Supremo Tribunal Federal	290
5.3.1.4.3 Resultado do julgamento e aplicação dos critérios.....	292
a) Não conhecimento da ordem e critérios utilizados.....	292
b) Extinção do writ sem julgamento de mérito e critérios utilizados	293
c) Denegação da ordem e critérios utilizados	294
d) Concessão da ordem e critérios utilizados	295
e) Aplicação dos critérios e resultado do julgamento dos casos analisados pelo Supremo Tribunal Federal.....	297
5.3.1.4.4 Elementos/fatores utilizados para averiguar os critérios nas decisões do Supremo Tribunal Federal.....	297
5.3.1.5 Menção ao sistema internacional de proteção dos direitos humanos	301
5.3.2 Pesquisa qualitativa	303
5.3.2.1 Aplicação dos critérios para aferição da razoabilidade do prazo.....	303
5.3.2.1.1 Complexidade da causa	305
5.3.2.1.2 Comportamento da parte	312
5.3.2.1.3 Conduta das autoridades judiciárias.....	316
5.3.2.2. Menção aos sistemas regionais de proteção dos direitos humanos como referência à aplicação da teoria dos três critérios pelo Supremo Tribunal Federal	321
5.3.2.3 Delimitação do período para aferição da razoabilidade do prazo.....	323
5.3.2.4 Outros fundamentos para aferição da razoabilidade do prazo da prisão cautelar	326
5.4 Análise da jurisprudência dos tribunais superiores brasileiros à luz da aplicação da teoria dos três critérios pelos tribunais internacionais de direitos humanos	329
5.5 Críticas à doutrina do “não-prazo”	332
CONCLUSÕES.....	338
REFERÊNCIAS.....	344
APÊNDICES	358

INTRODUÇÃO

Como qualquer outra atividade humana, o processo demanda tempo para seu desenvolvimento¹, não sendo possível se aperfeiçoar de forma instantânea². Aliás, segundo François Ost, o tempo do processo é próprio, distinto do tempo social, posto que “estritamente regulado pelas prescrições do ritual”³. Dessa forma, considerando o risco de que ocorram eventos que comprometam o regular desenvolvimento da marcha processual, foram previstas no ordenamento jurídico pátrio medidas cujo escopo é assegurar a utilidade e eficácia do seu provimento final⁴.

Com efeito, dentre as medidas cautelares processuais penais, a mais utilizada e também de maior gravidade é a prisão cautelar⁵. Trata-se de um dos temas mais sensíveis do processo penal e vem se tornando um sério problema ao sistema penitenciário nacional, eis que não obstante, a previsão de que seja uma medida excepcional, devendo ser utilizada somente em *ultima ratio*, sua aplicação tem sido banalizada pelo Poder Judiciário⁶. Nesse sentido, de se ressaltar que segundo o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen/2016, publicado pelo Departamento Penitenciário Nacional⁷, em junho de 2016, do número total de 726.712 (setecentos e vinte e seis mil e setecentos e doze) pessoas presas, 292.450 (duzentas e noventa e duas mil e quatrocentos e cinquenta), o que equivale a 40%, não possuíam condenação definitiva, ou seja, eram presos provisórios.

Esse cenário revela a inobservância das garantias processuais penais por parte dos operadores do direito, eis que referidos dados comprovam que mesmo com a inserção de

¹ GOMES FILHO, Antonio Magalhães. Medidas cautelares e princípios constitucionais. In: FERNANDES, Og (Org.). *Medidas cautelares no processo penal: prisões e alternativas*. Comentários à Lei 12.403, de 04.05.2011. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011, p.16.

² TUCCI, José Rogério Cruz e. *Tempo e processo: uma análise empírica das repercussões do tempo na fenomenologia processual (civil e penal)*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997, p. 25.

³ OST, François. *O tempo do direito*. Tradução Maria Fernanda Oliveira. Lisboa: Instituto Piaget, 1999, p. 15.

⁴ FERNANDES, Antonio Scarance. *Processo penal constitucional*. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005, p. 311.

⁵ GOMES FILHO, op. cit., p. 18.

⁶ SANGUINÉ, Odone. *Prisão cautelar, medidas alternativas e direitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Forense, 2014, p. 15.

⁷ BRASIL. DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA). *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen, Junho/2016*. Brasília, 2017, p. 14. Disponível em: <http://justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/download/outras_publicacoes/pagina-3/24levantamento_nacional_info_penitenciarias.pdf/view>. Acesso em: 22 dez. 2017.

medidas alternativas ao cárcere no ordenamento jurídico pátrio, a prisão cautelar ainda tem sido amplamente utilizada como instrumento para assegurar o desenvolvimento regular do processo, tratando-se cada vez mais a liberdade como exceção. Vigora no Brasil, portanto, uma cultura jurídica que tem elevado a prisão provisória como a solução do processo penal a fim de conter a ânsia punitiva arraigada na sociedade⁸.

Além disso, cabe consignar que tendo em vista a morosidade da Justiça brasileira, as prisões provisórias tem apresentado longa duração, acentuando-se a violação aos direitos fundamentais do acusado, bem como os efeitos deletérios provocados pelo encarceramento, tais como o sofrimento psicológico e estigmatização⁹, além de sua submissão às condições desumanas e degradantes do sistema penitenciário nacional¹⁰.

Não obstante a previsão da garantia da duração razoável do processo no artigo 5º, inciso LXXVIII, da Constituição da República de 1988, bem como a recepção, por parte desta, do artigo 7.5, da Convenção Americana de Direitos Humanos, o qual dispõe sobre o direito ao desencarceramento do acusado preso cautelarmente, caso não seja julgado no prazo razoável, o ordenamento jurídico pátrio adotou a doutrina do “não-prazo”, não tendo previsto em seu bojo prazos máximos totais para a duração da persecução penal e da prisão preventiva¹¹. A determinação da razoabilidade do prazo, portanto, foi relegada exclusivamente às mãos do Poder Judiciário, conferindo-lhe ampla margem de discricionariedade.

Seguindo a tendência do Tribunal Europeu de Direitos Humanos e da Corte Interamericana de Direitos Humanos, os tribunais brasileiros vêm adotando, em cada caso concreto, critérios objetivos para aferição da razoabilidade do prazo da prisão cautelar. Assim, têm lançado mão especialmente dos critérios da complexidade da causa, do comportamento da parte e da conduta das autoridades judiciárias para verificar se houve ou

⁸ BARROS, Flaviane Magalhães. O tempo devido do processo penal e a influência das decisões da CADH no Brasil. In: MALAN, Diogo; PRADO, Geraldo (Coord.). *Processo penal e direitos humanos*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012, p. 70.

⁹ ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Em busca das penas perdidas*. A perda da legitimidade do sistema penal. Tradução Vânia Romano Pedrosa, Amir Lopes da Conceição. 5. ed. Rio de Janeiro, 2014, p. 135; CARNELUTTI, Francesco. *As misérias do processo penal*. Tradução Carlos Eduardo Trevelin Millan. São Paulo: Pillares, 2009, p. 113.

¹⁰ SHIMIZU, Bruno. Sobre o cárcere, o judiciário e irresponsabilidades. *Boletim IBCCRIM*, São Paulo, v. 23, n. 274, p. 20-21, set. 2015.

¹¹ LOPES JÚNIOR, Aury. Direito ao processo penal no prazo razoável. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, v. 15, n. 65, p. 209-250., mar./abr. 2007, p. 230.

não constrangimento ilegal motivado por excesso de prazo da custódia provisória¹². Frise-se que com a adoção da teoria dos três critérios, a jurisprudência dos Tribunais Superiores passou a considerar os prazos eventualmente fixados na legislação pátria como simples referencial¹³.

Destarte, tendo em vista que a doutrina do “não-prazo” confere ampla discricionariedade ao órgão julgador na determinação da razoabilidade ou do excesso de prazo da prisão cautelar, tem-se como objeto da presente pesquisa a análise dos critérios utilizados pelos Tribunais Superiores pátrios na aferição do excesso de prazo da custódia provisória. Pretende-se verificar qual é o entendimento desenvolvido pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça nos casos em que se alega a violação ao direito ao desencarceramento do acusado preso cautelarmente, caso não seja julgado no prazo razoável, à luz da aplicação da teoria dos três critérios. Em suma, tem-se como escopo responder às seguintes questões: (i) de que maneira são aplicados os critérios utilizados pelos Tribunais Superiores na aferição da razoabilidade do prazo?; (ii) quais são os elementos/fatores utilizados para averiguá-los?; e (iii) há preponderância de um critério em relação aos outros?

Para tanto, esta dissertação será dividida em cinco capítulos.

Considerando sua inerência ao processo e à prisão cautelar, no primeiro capítulo, discorrer-se-á sobre o tempo. Este capítulo terá início com a abordagem das diferentes concepções sobre o tempo ao longo da história, sob a perspectiva da Filosofia e da Física, trazendo tal arcabouço à comparação do tempo do direito e do tempo social, que estão em permanente conflito. Após, analisar-se-ão as peculiaridades da relação entre o tempo e o processo, culminando-se com o estudo dos efeitos causados pela longa permanência no cárcere ao preso provisório.

No segundo capítulo, visa-se analisar a prisão cautelar no sistema penal brasileiro, iniciando-se com a exposição dos dados estatísticos relativos ao sistema penitenciário brasileiro e contextualizando sua aplicação no âmbito nacional. Após, serão tratadas as

¹² Nesse sentido, conferir: GIACOMOLLI, Nereu José. *Prisão, liberdade e as cautelares alternativas ao cárcere*. São Paulo: Marcial Pons, 2013, p. 35; MENDONÇA, Andrey Borges de. *Prisão e outras medidas cautelares pessoais*. São Paulo: Método, 2011, p. 303-305; SANGUINÉ, Odone. *Prisão cautelar, medidas alternativas e direitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Forense, 2014, p. 479-480.

¹³ SANGUINÉ, op. cit., p. 479.

garantias que a norteiam, bem como suas principais características, desvelando-se a relevância de cada uma delas na aplicação da medida cautelar aqui estudada.

Em seguida, ainda no segundo capítulo, considerando-se que o espaço temporal da pesquisa empírica corresponde ao período de 30/12/2004 a 30/12/2016, abrangendo lapso temporal anterior às reformas de 2008 e 2011 do Código de Processo Penal, serão tratadas as cinco hipóteses de prisões cautelares originalmente previstas no Código, quais sejam: prisão em flagrante, prisão temporária, prisão preventiva, prisão decorrente de sentença condenatória recorrível e prisão decorrente de pronúncia. Além disso, também serão brevemente tratados, neste capítulo, os temas das medidas cautelares alternativas ao cárcere, bem como das audiências de custódia, tendo em vista a relevância deles no estudo da prisão cautelar.

Por sua vez, o terceiro capítulo tem como escopo a análise da doutrina do “não-prazo” e o direito ao desencarceramento do acusado preso cautelarmente, caso não seja julgado no prazo razoável. Para tanto, inicia-se este capítulo com a análise da relação entre o devido processo penal, a garantia da duração razoável do processo penal e o direito ao desencarceramento do acusado preso cautelarmente, caso não seja julgado no prazo razoável. Após, segue-se com o estudo da garantia da duração razoável do processo penal e o direito ao desencarceramento do acusado preso cautelarmente, caso não seja julgado no prazo razoável, no âmbito dos sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos, visando-se verificar como foram desenvolvidos os critérios de aferição da razoabilidade do prazo e qual tem sido o entendimento exarado nos sistemas regionais de proteção dos direitos humanos quanto à doutrina do “não-prazo”.

No quarto capítulo, a garantia da duração razoável do processo e o direito ao desencarceramento do acusado preso cautelarmente, caso não seja julgado no prazo razoável, serão analisados no contexto do ordenamento jurídico brasileiro. Neste capítulo, abordar-se-á como referida garantia foi inserida no sistema processual penal pátrio, delineando-se sua extensão. De outro lado, discorrer-se-á acerca do direito ao desencarceramento do acusado preso cautelarmente, caso não seja julgado no prazo razoável, no âmbito normativo brasileiro, explanando-se sobre sua relevância e sua inserção no ordenamento jurídico pátrio. Ademais, serão tecidas algumas considerações sobre a pretendida reforma do Código de Processo Penal pelo Projeto de Lei nº 8.045/2010, o qual previu a fixação de prazos fixos para a duração da prisão preventiva, significando um grande avanço ao sistema processual penal pátrio.

Por fim, no quinto capítulo, pretende-se apresentar a pesquisa empírica relativa ao estudo da jurisprudência dos Tribunais Superiores brasileiros, objeto principal desta dissertação. Para tanto, será dedicado um item à justificativa, à metodologia e à delimitação do espaço amostral da pesquisa, delineando-se os principais aspectos que servirão de norte à análise das decisões do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça. Após, serão apresentados os resultados da análise quantitativa e da análise qualitativa das decisões do Superior Tribunal de Justiça e, em seguida, será dedicado um item aos resultados obtidos em relação ao Supremo Tribunal Federal.

Ainda no quinto capítulo, serão colocados em confronto o posicionamento que tem sido consolidado nos sistemas regionais de proteção dos direitos humanos e o entendimento desenvolvido pelos Tribunais Superiores pátrios quanto à aplicação da teoria dos três critérios na aferição da razoabilidade do prazo da prisão cautelar. Por fim, serão trazidas as principais críticas que têm sido realizadas pela doutrina processual nacional e internacional quanto à teoria do “não-prazo”, discorrendo-se sobre qual seria a possível solução para a contenção da discricionariedade do órgão julgador na aferição da razoabilidade do prazo.

CONCLUSÕES

1. O processo penal demanda tempo para alcançar o seu provimento final, não correspondendo a instrumento apto a fornecer uma resposta imediata às partes que nele figuram e à sociedade. No entanto, importante consignar que, ainda que o tempo seja elemento essencial ao processo, sua duração não pode ser demasiadamente longa, devendo corresponder ao período necessário à realização dos atos processuais.

2. A lentidão excessiva do processo acarreta uma série de efeitos deletérios ao acusado, impingindo-lhe sofrimento psicológico e estigmatização pelo fato de estar sendo processado, que se tornam ainda mais graves no caso de estar preso cautelarmente. Quanto maior o tempo da prisão provisória, mais intensos são tais efeitos sobre o acusado, violando-se vários direitos fundamentais.

3. A garantia da duração razoável do processo e o direito ao desencarceramento do acusado preso cautelarmente, caso não seja julgado no prazo razoável, foram previstos em vários tratados internacionais, tais como o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, a Convenção Europeia de Direitos Humanos e a Convenção Americana de Direitos Humanos. No entanto, cumpre salientar que, embora prevejam dispositivos relevantes no que tange à temática do prazo razoável, os sistemas regionais de proteção dos direitos humanos europeu e interamericano não definiram quais seriam os prazos máximos para cada situação por eles abordada, adotando a doutrina do “não-prazo”. Assim, a determinação do momento que caracterizasse a dilação indevida acabou sendo deixada a cargo de cada Estado-parte.

4. Em razão da indeterminabilidade do conceito do prazo razoável, os sistemas regionais europeu e interamericano de proteção dos direitos humanos têm lançado mão de critérios interpretativos para aferição da razoabilidade do prazo da persecução penal e da prisão cautelar. Nesse sentido, cabe destacar que o Tribunal Europeu de Direitos Humanos desenvolveu a teoria dos três critérios, composta por: (i) complexidade da causa; (ii) comportamento da parte; (iii) conduta das autoridades judiciárias. Em suma, para aferição da razoabilidade do prazo, a Corte Europeia de Direitos Humanos, bem como a Corte Interamericana de Direitos Humanos, em suas decisões, realizam uma análise global de cada caso concreto, averiguando, em primeiro lugar, se a causa é complexa ou simples; em segundo lugar, se o comportamento do interessado é protelatório ou diligente; e em terceiro

lugar, se as autoridades estatais estão empregando os meios materiais e pessoais adequados e suficientes para o exercício da função jurisdicional.

5. Considerando-se a adoção da doutrina do “não-prazo”, os termos inicial e final da contagem do prazo razoável são fixados pelo próprio intérprete. Assim, no âmbito do sistema regional europeu de proteção dos direitos humanos, o termo inicial relativo ao prazo da persecução penal corresponde ao momento em que as suspeitas passam a ter repercussões importantes sobre a situação jurídica do acusado. Assim, no que tange à contagem do prazo da prisão cautelar, o termo inicial equivale ao dia em que ocorreu a privação de liberdade do acusado. Quanto ao termo final do processo penal, a jurisprudência da Corte Europeia de Direitos Humanos tem entendido que este deva coincidir com a decisão definitiva quanto ao destino do processo, abarcando todas as fases do processo penal. De outro lado, em relação ao direito ao desencarceramento do acusado preso cautelarmente, caso não seja julgado no prazo razoável, a Corte Europeia de Direitos Humanos tem fixado como termo final o momento da decisão em primeira instância sobre o mérito da acusação.

6. A Corte Interamericana de Direitos Humanos, acatando o ponto de vista do Tribunal Europeu de Direitos Humanos, também tem entendido que a contagem do prazo razoável se dá a partir do primeiro ato de procedimento penal dirigido contra determinada pessoa acusada de um delito. No tocante à contagem do prazo da prisão cautelar, o termo inicial corresponde ao dia em que ocorreu a privação de liberdade do acusado. Quanto ao termo final de contagem da prisão cautelar, a Corte Interamericana de Direitos Humanos tem entendido que este deva corresponder ao momento da prolação da sentença definitiva sobre o caso, após esgotadas todas as vias recursais.

7. No ordenamento jurídico brasileiro, embora tenha sido prevista expressamente a garantia da duração razoável do processo no artigo 5º, inciso LXXVIII, da Constituição da República de 1988, por meio da Emenda Constitucional nº 45/2004, não foram fixados em seu bojo prazos máximos para a duração do processo penal e da prisão preventiva, consoante a doutrina do “não-prazo”. Por tal razão, nossos Tribunais Superiores têm seguido os passos dos sistemas regionais de proteção dos direitos humanos no sentido de aplicar os critérios da complexidade da causa, do comportamento da parte e da conduta das autoridades judiciárias para aferição da razoabilidade do prazo da persecução penal e da prisão cautelar.

8. Consoante dados divulgados pelo Levantamento das Informações Penitenciárias – INFOPEN 2016, a prisão provisória tem sido aplicada em larga escala

pelo Poder Judiciário nacional, tendo a população de presos provisórios alcançado o índice de 40% do sistema penitenciário brasileiro. Além disso, segundo consta do referido relatório, as prisões provisórias têm apresentado longa duração, intensificando os efeitos deletérios provocados pela imposição de uma medida cautelar pessoal. Vê-se que a prisão cautelar deixou de ser a *ultima ratio*, afastando-se dos caracteres da excepcionalidade, da proporcionalidade e da provisoriedade, servindo de instrumento para conter o anseio punitivo da sociedade e transformando-se em verdadeira medida de antecipação da pena.

9. Considerando-se a adoção da doutrina do “não-prazo” pelo legislador brasileiro, o qual optou por não fixar prazo máximo para a duração da persecução penal e da prisão preventiva, bem como o cenário atual do sistema penitenciário pátrio, demarcado pelo número exacerbado de presos provisórios, escolheu-se, na presente dissertação, o estudo do direito ao desencarceramento do acusado preso cautelarmente, caso não seja julgado no prazo razoável, por meio da análise dos critérios utilizados para aferição da razoabilidade do prazo da prisão cautelar na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça. Em suma, teve-se como escopo responder às seguintes questões: (i) de que maneira são aplicados os critérios utilizados pelos Tribunais Superiores na aferição da razoabilidade do prazo?; (ii) quais são os elementos/fatores utilizados para averiguá-los?; e (iii) há preponderância de um critério em relação aos outros?

10. Na presente análise, foi possível averiguar que, de fato, a teoria dos três critérios, desenvolvida no âmbito do sistema regional europeu de proteção dos direitos humanos, é recorrentemente utilizada pelos Tribunais Superiores brasileiros. Em 73,9% dos casos analisados, o Superior Tribunal de Justiça aplicou um ou mais critérios para aferição da razoabilidade do prazo da prisão cautelar. No mesmo sentido, verificou-se que, em 82% dos casos analisados, o Supremo Tribunal Federal lançou mão dos critérios da complexidade da causa, do comportamento da parte e/ou da conduta das autoridades judiciárias, de forma isolada ou cumulativa, para aferição da razoabilidade do prazo da prisão cautelar.

11. No que tange ao número de critérios utilizados em cada um dos julgados dos Tribunais Superiores pátrios, foi possível averiguar que, na maioria dos acórdãos, os critérios da complexidade da causa, do comportamento da parte e da conduta das autoridades judiciárias não são aplicados de maneira conjunta. Com relação ao Superior Tribunal de Justiça, constatou-se que das 737 (setecentas e trinta e sete) decisões analisadas, em 36 (trinta e seis), houve a utilização dos 03 (três) critérios, o que

corresponde a 5%. No âmbito do Supremo Tribunal Federal, foi possível verificar que das 207 (duzentos e sete) decisões, em 11 (onze), houve a utilização dos 03 (três) critérios, o que corresponde também a 5% dos casos analisados.

12. Na pesquisa quantitativa, ainda foi possível constatar que o critério preponderantemente utilizado pelos Tribunais Superiores pátrios para aferição da razoabilidade do prazo da prisão cautelar é o da complexidade da causa. Assim, quanto ao Superior Tribunal de Justiça, verificou-se que o critério da complexidade da causa foi mencionado em 351 (trezentos e cinquenta e um) julgados, o que equivale a 47,6% dos casos analisados. No que tange ao Supremo Tribunal Federal, averiguou-se que o critério da complexidade da causa foi aplicado em 119 (cento e dezenove) acórdãos, o que equivale a 57,4%.

13. Com relação ao resultado do julgamento dos casos analisados, constatou-se que o critério mais utilizado nas decisões de denegação da ordem foi o da complexidade da causa. Na pesquisa quantitativa relativa ao Superior Tribunal de Justiça, aferiu-se que em 250 (duzentas e cinquenta) decisões, o critério da complexidade da causa foi aplicado, ou seja, em 60% desses casos. Na pesquisa relativa ao Supremo Tribunal Federal, o critério da complexidade da causa foi utilizado em 89 (oitenta e nove) decisões, representando 58% dos casos analisados.

14. Quanto aos julgamentos que tiveram como resultado a concessão da ordem, no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, o critério que se destacou foi o da conduta das autoridades judiciárias, tendo sido utilizado em 102 (cento e duas) decisões, correspondendo a 45% desses casos. No que tange ao Supremo Tribunal Federal, cabe ressaltar que o critério do comportamento da parte foi o mais aplicado, tendo aparecido em 24 (vinte e quatro) decisões, o que equivale a 44% desses casos.

15. Ao longo da pesquisa, foi possível constatar uma grande variedade de elementos/fatores utilizados para averiguar os critérios na jurisprudência dos Tribunais Superiores pátrios. Com efeito, notou-se que, em relação ao critério da complexidade da causa, é o que tem sido utilizado a maior variedade de elementos/fatores, os quais vão desde elementos/fatores processuais até extraprocessuais. No âmbito do Superior Tribunal de Justiça, por exemplo, 17 (dezesete) elementos/fatores foram utilizados para preencher o conteúdo do critério da complexidade da causa. Com relação ao Supremo Tribunal Federal, foram encontrados 12 (doze) elementos/fatores para tal finalidade.

16. Durante a análise do espaço amostral delimitado no âmbito da presente pesquisa empírica, também se aferiu que tanto o Superior Tribunal de Justiça como o

Supremo Tribunal Federal, em alguns acórdãos, têm mencionado tratados internacionais e casos julgados pelas Cortes Internacionais de Direitos Humanos, o que reforça a conclusão de que tais tribunais buscam se inspirar nos sistemas regionais de proteção dos direitos humanos para aferição da razoabilidade do prazo da persecução penal e da prisão cautelar.

17. Na pesquisa qualitativa, verificou-se que os Tribunais Superiores brasileiros, embora busquem seguir os passos dos sistemas regionais europeu e interamericano de proteção dos direitos humanos na aferição da razoabilidade do prazo da persecução penal e da prisão cautelar, têm aplicado a teoria dos três critérios de maneira diversa do que tem sido realizado no âmbito internacional. Isto porque, constatou-se que, na maioria das decisões, os Tribunais Superiores brasileiros: (i) não fixam o período que será analisado para aferição da razoabilidade do prazo, não determinando os termos inicial e final para sua contagem; (ii) não aplicam os três critérios de forma conjunta; e (iii) preenchem cada critério de forma superficial e aleatória.

18. Quanto à fixação dos termos inicial e final para contagem do prazo da prisão cautelar, cumpre salientar que, na maioria das decisões, notou-se apenas a menção ao termo inicial, correspondente à data da custódia cautelar do paciente, não se delimitando o marco final. Além disso, em alguns acórdãos, observou-se que, quando houve o estabelecimento do termo final do prazo razoável, foi no sentido de encurtá-lo, fixando-o no encerramento da instrução criminal, na prolação da sentença de pronúncia ou na prolação da sentença condenatória. No que tange ao Superior Tribunal de Justiça, verificou-se a continuidade da aplicação dos enunciados das súmulas nº 21 e nº 52, os quais encurtam o termo final do prazo razoável para a prolação da pronúncia e para o encerramento da instrução criminal.

19. Sobre a aplicação dos critérios de maneira conjunta, verificou-se que somente em 5% dos casos analisados, tanto no âmbito do Superior Tribunal de Justiça como do Supremo Tribunal Federal, foram utilizados os três critérios simultaneamente. Foi possível constatar a utilização de um ou dois critérios na maioria dos arestos desses tribunais, não havendo uma análise percuciente de cada caso tal como realizado nas decisões dos Tribunais Internacionais de Direitos Humanos.

20. Notou-se que, na maioria das decisões dos Tribunais Superiores brasileiros, o conteúdo dos critérios é preenchido de maneira superficial, não se realizando um estudo minucioso das circunstâncias do caso concreto tal como realizado no âmbito dos Tribunais Internacionais de Direitos Humanos. Por exemplo, o critério da complexidade da causa, por vezes, é preenchido pela expressão “necessidade de realização de várias diligências”,

mas não se especificam quais seriam todas essas diligências e o tempo da demora na execução delas. Com relação ao critério da conduta das autoridades judiciárias, em várias decisões, tanto do Supremo Tribunal Federal como do Superior Tribunal de Justiça, percebeu-se que houve a simples menção à “ausência de desídia” ou à “diligência na condução do processo” por parte da autoridade judiciária a fim de excluir sua responsabilidade quanto à lentidão do processo. Em relação ao critério do comportamento da parte, foram encontradas decisões tanto do Supremo Tribunal Federal como do Superior Tribunal de Justiça, as quais, em sentido contrário ao que tem sido proferido no âmbito dos sistemas regionais de proteção dos direitos humanos, consideraram o exercício regular de um direito decorrente da garantia da ampla defesa como causa da dilação do processo, como por exemplo, a interposição de recursos. Aliás, foram encontradas decisões no Superior Tribunal de Justiça que ainda aplicam o enunciado da súmula nº 64 de modo a restringir o direito à ampla defesa.

21. Por meio da presente pesquisa, constatou-se que, embora louvável a tentativa dos Tribunais Superiores pátrios em tentar diminuir a vagueza e a indeterminabilidade do conceito do prazo razoável, por meio da aplicação de critérios objetivos, tal método não é de todo eficiente. A teoria dos três critérios, longe de colaborar com a finalidade de impedir a arbitrariedade do órgão julgador, acaba estimulando-a, eis que relega à vontade dos magistrados a determinação do prazo e suas consequências, por meio de interpretações abertas e difusas.

22. Com razão aqueles que defendem a abolição da doutrina do “não-prazo”, por meio da fixação de termo máximo para duração da persecução penal e da prisão preventiva, a fim de que sejam, de fato, observadas as garantias processuais penais. A avaliação casuística da razoabilidade do prazo traz enorme insegurança jurídica ao indivíduo submetido à jurisdição penal. Assim, a prisão preventiva, como medida cautelar pessoal mais gravosa do ordenamento jurídico pátrio, deve ter todos os seus aspectos previstos em lei, não se restringindo apenas aos seus requisitos e a seus pressupostos, mas abrangendo também o prazo máximo de sua duração.

REFERÊNCIAS

- ALBANESE, Susana. La garantía del plazo razonable. *Nova doutrina penal*. Buenos Aires, p. 171-173, 1999/A.
- ALEXY, Robert. *Teoria dos Direitos Fundamentais*. Tradução Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 2008.
- AMARAL, Claudio do Prado. Da audiência de custódia em São Paulo. *Boletim IBCCRIM*, São Paulo, v. 23, n. 269, p. 4-6., abr. 2015.
- AMARAL JÚNIOR, Alberto do. *Curso de Direito Internacional Público*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- ANDRÉS IBAÑEZ, Perfecto. Presunción de inocencia y prisión sin condena. *Revista de la Asociación de Ciencias Penales de Costa Rica*, San José, v. 9, n. 13, p. 5-18, ago. 1997.
- ARMENTA DEU, Teresa. *Lecciones de Derecho Procesal Penal*. 3. ed. Madrid: Marcial Pons, 2007.
- _____; CALDERÓN CUADRADO, María Pía; OLIVA SANTOS, Andrés de la (Coord.). *Garantías fundamentales del proceso penal en el espacio judicial europeo*. Madrid: Colex, 2007.
- ARRUDA, Samuel Miranda. *O direito fundamental à razoável duração do processo*. Brasília: Jurídica, 2006.
- BACIGALUPO ZAPATER, Enrique. *El debido proceso penal*. Buenos Aires: Hammurabi, 2005.
- BADARÓ, Gustavo Henrique. *Processo Penal*. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.
- _____. A prisão preventiva e o princípio da proporcionalidade: proposta de mudanças legislativas. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*, São Paulo, v. 103, p. 381-408, jan./dez. 2008.
- _____. A prisão preventiva e o princípio da proporcionalidade. In: Marcellus Polastri Lima; Bruno de Moraes Ribeiro. (Org.). *Estudos Criminais em Homenagem a Weber Martins Batista*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008, v. 1, p. 159-185.
- _____. *Direito processual Penal*: tomo II. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- _____; LOPES JÚNIOR, Aury. *Direito ao processo penal no prazo razoável*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

_____. Medidas cautelares alternativas à prisão preventiva: comentários aos artigos 319-350 do CPP, na redação da Lei 12.403/2011. In: FERNANDES, Og (org). *Medidas cautelares no processo penal, prisões e suas alternativas*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

_____. Vícios de motivação da sentença penal: ausência de motivação, motivação contraditória, motivação implícita e motivação *per relationem*. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, v. 10, n. 38, p. 122-141, abr./jun. 2002.

BANACLOCHE PALAO, Julio. *La libertad personal y sus limitaciones: detenciones y retenciones en el derecho español*. 1. ed. Madrid: McGraw-Hill, 1996.

BARBON, Júlia; TUROLLO, Júnior. Brasil ultrapassa Rússia e agora tem 3ª maior população carcerária do mundo. *Folha de São Paulo*. Brasília, São Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/12/1941685-brasil-ultrapassa-russia-e-agora-tem-3-maior-populacao-carceraria-do-mundo.shtml>>. Acesso em: 23 dez. 2017.

BARRETO, Ireneu Cabral. *A Convenção Europeia de Direitos do Homem – anotada*. 5. ed. Coimbra: Almedina, 2015, *E-book*.

BARROS, Flaviane Magalhães. O tempo devido do processo penal e a influência das decisões da CADH no Brasil. In: MALAN, Diogo; PRADO, Geraldo (Coord.). *Processo penal e direitos humanos*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012, p. 59-75.

BARROS, Romeu Pires de Campos. *Processo penal cautelar*. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

BARTOLE, Sergio; CONFORTI, Benedetto; RAIMONDI, Guido. *Commentario alla Convenzione Europea per la tutela dei diritti dell'uomo e delle libertà fondamentali*. Milano: CEDAM, 2001.

BÁRTOLI, Márcio Orlando. O critério da razoabilidade (jurisprudência comentada). *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 184-187, jul./set. 1993.

BECCARIA, Cesare Bonesana Marchesi di. *Dos delitos e das penas*. 7 reimp. Tradução Guimarães Torrieri. São Paulo: Martin Claret, 2008.

BECHARA, Fábio Ramazzini. *Prisão cautelar*. São Paulo: Malheiros, 2005.

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. *Tutela cautelar e tutela antecipada: tutelas sumárias e de urgência (tentativa de sistematização)*. 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

BERTOLINO, Pedro J. *El debido proceso penal*. 2. ed. Buenos Aires: Platense, 2011.

BONATO, Gilson; BASTOS, Cleverson Leite; CORRÊA, Murilo Duarte Costa. *Dobraduras do tempo*. Ensaios sobre a história de algumas durações no direito. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

BRASIL. DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA). *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias* – Infopen, Junho/2016. Brasília, 2017, p. 07. Disponível em: <http://justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/download/outras_publicacoes/pagina-3/24levantamento_nacional_info_penitenciarias.pdf/view>. Acesso em: 22 dez. 2017.

CABRERA, Sandra. Pena privativa de libertad y prisión preventiva. In: CHIARA DÍAZ, Carlos Alberto; OBLIGADO, Daniel Horacio (Coord.). *Garantías, medidas cautelares e impugnaciones en el proceso penal*. Rosario: Jurídica Nova Tesis, 2005.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Exposição dos motivos da Emenda nº 45/2004. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/2004/emendaconstitucional-45-8-dezembro-2004-535274-exposicaodemotivos-149264-pl.html>>. Acesso em: 31 out. 2017.

CARBONELL, José Carlos Remotti. *La Corte Interamericana de Derechos Humanos*. Estructura, funcionamiento y jurisprudencia. Barcelona: Instituto Europeo de Derecho, 2013.

CARNELUTTI, Francesco. *As misérias do processo penal*. Tradução Carlos Eduardo Trevelin Millan. São Paulo: Pillares, 2009, p. 113.

CARVALHO, Salo de. *Como não se faz um trabalho de conclusão de curso*. São Paulo: Saraiva, 2013.

CASTEX, Francisco. El plazo razonable de la duración de la prisión preventiva desde la óptica de la CIDH. El caso "Peirano". In: PASTOR, Daniel R. (Dir.); GUZMÁN, Nicolás (Coord.). *El sistema penal en las sentencias recientes de los órganos interamericanos de protección de los derechos humanos*. Buenos Aires: Ad-Hoc, 2009.

CASTILHOS, Tiago Oliveira de. *Prisão cautelar e prazo razoável*. Curitiba: Juruá, 2013.

CHIAVARIO, Mario. *Processo e garanzie della persona*: profili istituzionali di diritto processuale. Milano: Giuffrè, 1982. v. 1.

_____. *Processo e garanzie della persona*: le singole garanzie. 3. ed. Milano: Giuffrè, 1984. v. 2.

_____. *Procedure penali d'europa*: Belgio, Francia, Germania, Inghilterra, Italia. Milano: CEDAM.

COMISIÓN INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. *Caso Peirano vs. Uruguay*. Informe nº 86/09. Disponível em: <<https://www.cidh.oas.org/annualrep/2009sp/Uruguay12553.sp.htm>>. Acesso em: 12 mar. 2017.

_____. *Caso Firmenich vs. Argentina*. Resolución nº 17/89. Informe Caso nº 1037 - 13 de abril 1989. Disponível em: <http://www.cidh.org/annualrep/88.89span/capitulo3.htm#RESOLUCION> Nº17/89. Acesso em: 15 set. 2017.

_____. *Caso Gimenez vs. Argentina*.. Informe nº 12/96 – caso 11.245 – 01 de março de 1996. Disponível em: <<https://www.cidh.oas.org/annualrep/95span/cap.III.argentina11.245.htm>>. Acesso em: 26 out. 2017.

COMPARATO, Fábio Konder. *A afirmação histórica dos Direitos Humanos*. 3. ed. São Paulo: Saraiva: 2003.

CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. *Caso Tibi vs. Ecuador*. Julgado em: 07 de setembro de 2004. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_114_esp.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2017.

_____. *Caso J. vs. Peru*. Julgado em: 20 de novembro de 2014. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_291_esp.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2017.

_____. *Caso Barreto Leiva vs. Venezuela*. Julgado em 17 de novembro de 2009. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_206_esp1.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2017.

_____. *Caso Bayarri vs Argentina*. Julgado em: 30 de outubro de 2008. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_187_esp.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2017.

_____. *Caso López Álvarez vs. Honduras*. Julgado em: 01 de fevereiro de 2006. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_141_esp.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2017.

_____. *Caso J. vs. Peru*. Julgado em: 20 de novembro de 2014. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_291_esp.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2017.

_____. *Caso Argüelles e outros vs. Argentina*. Julgado em: 20 de novembro de 2014. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_288_esp.pdf>. Acesso em: 03 set. 2017.

_____. *Caso Andrade Salmón vs. Bolívia*. Julgado em: 01 de dezembro de 2016. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_330_esp.pdf>, p. 09. Acesso em: 05 set. 2017.

_____. *Análisis de la Jurisprudencia de la Corte Interamericana de Derechos Humanos en Materia de Integridad Personal y Privación de Libertad*. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/tablas/26393.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

CRUZ, Rogério Schietti Machado. *Prisão Cautelar: dramas, princípios e alternativas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

_____. As medidas cautelares no projeto do novo CPP. *Revista de informação legislativa - RIL*, Brasília, v. 46, n. 183, p. 211-224, jul./set. 2009.

_____. Pela celeridade da justiça criminal. *Revista Jurídica Consulex*. Ano 11, nº 250, Brasília, 15 de junho de 2002.

DELMANTO JÚNIOR, Roberto. *As modalidades de prisão provisória e seu prazo de duração*. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

DEZEM, Guilherme Madeira. Medidas cautelares pessoais: primeiras reflexões. *Boletim IBCCRIM*, São Paulo, v. 19, n. 223, p. 15-16, jun. 2011.

EINSTEIN, Albert. *A teoria da relatividade geral e especial*. Tradução Cássio Arantes Leite. Rio de Janeiro: Contraponto, 2015.

EUROPEAN COURT OF HUMAN RIGHTS. Court (Chamber). *Caso Eckle vs. Alemanha*. Julgado em: 15 de julho de 1982. Disponível em: <[https://hudoc.echr.coe.int/eng#{"fulltext":\["eckle"\],"languageisocode":\["ENG"\],"documentcollectionid2":\["JUDGMENTS"\],"itemid":\["001-57476"\]}](https://hudoc.echr.coe.int/eng#{)> . Acesso em: 01 set. 2017.

_____. *Caso Wemhoff vs. Alemanha*. Court (Chamber). Julgado em: 27 de junho de 1968. Disponível em: <[http://hudoc.echr.coe.int/eng#{"itemid":\["001-57595"\]}](http://hudoc.echr.coe.int/eng#{)>. Acesso em: 01 set. 2017.

_____. *Caso Foti e outros vs. Itália*. Julgado em: 10 de dezembro de 1982. Disponível em: <[http://hudoc.echr.coe.int/eng#{"fulltext":\["CASE OF FOTI AND OTHERS v. ITALY"\],"sort":\["kupdateDescending"\],"documentcollectionid2":\["JUDGMENTS"\],"itemid":\["001-165168"\]}](http://hudoc.echr.coe.int/eng#{)>. Acesso em: 03 set. 2017.

_____. *Caso McFarlane vs. Irlanda*. Julgado em: 10 de setembro de 2010. Disponível em: <[http://hudoc.echr.coe.int/eng#{"fulltext":\["McFarlane"\],"sort":\["kupdateDescending"\],"documentcollectionid2":\["JUDGMENTS"\]}](http://hudoc.echr.coe.int/eng#{)>. Acesso em: 03 set. 2017.

- _____. *Caso Taran vs. Ucrânia*. Julgado em: 17 de outubro de 2013. Disponível em: <
- _____. *Caso Yagci e Sargin vs. Turquia*. Julgado em: 23 de maio 1995. Disponível em: <
- _____. *Caso Riccardi vs. Romênia*. Julgado em: 3 de abril 2012. Disponível em:<
- _____. *Caso Sergei Denisov vs. Rússia*. Julgado em: 03 de abril de 2012. Disponível em <
- _____. *Caso Zimmermann vs. Suíça*. Julgado em: 13 de julho de 1983. Disponível em: <
- _____. *Caso Baggetta vs. Itália*. Julgado em: 19 de maio de 1987. Disponível em: <
- _____. *Caso Panchenko vs. Rússia*. Julgado em 08 de fevereiro de 2005. Disponível em <
- _____. *Caso El Khoury vs. Alemanha*. Julgado em: 09 de outubro de 2015. Disponível em: <
- _____. *Caso Sergey Denisov vs. Rússia*. Julgado em: 19 de abril de 2016. Disponível em <

_____. Prisão temporária e termo: estudo comparativo. *Fascículos de Ciências Penais*, Porto Alegre, v. 5, n. 3, p. 86, jul./set. 1992.

FERNANDEZ-VIAGAS BARTOLOME, Placido. *El derecho a un proceso sin dilaciones indebidas*. Madrid: Civitas, 1994.

FERRAJOLI, Luigi. *Direito e razão: teoria do garantismo penal*. Tradução Ana Paula Zomer *et alii*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

FONSECA, Tiago Abud da; MENDONÇA, Henrique Guelber de. O Supremo Tribunal Federal, a restrição ao habeas corpus e o marido traído. *Boletim IBCCRIM*, São Paulo, v. 21, n. 244, p. 11-12, mar. 2013.

FRANCO, Alberto Silva. Prazo razoável e o estado democrático de direito. *Boletim IBCCRIM*, São Paulo, v. 13, n. 152, p. 6-7, jul. 2005.

GARCÍA FALCONI, Ramiro J. Límites y alcances de la privación de libertad de acuerdo a la jurisprudencia de la Corte Interamericana de Derechos Humanos. In: MALARINO, Ezequiel; ELSNER, Gisela. *Sistema interamericano de protección de los derechos humanos y derecho penal internacional* - Tomo I. Montevideo: Konrad-Adenauer-Stiftung; Calle (Colômbia).

GARCÍA-LÚBEN BARTHE, Paloma. El derecho a un proceso en un plazo razonable en el ámbito europeo. Análisis e interpretación del artículo 6.1 del Convenio Europeo de Derechos Humanos. In: ARMENTA DEU, Teresa; CALDERÓN CUADRADO, María Pía; OLIVA SANTOS, Andrés de la (Coord.). *Garantías fundamentales del proceso penal en el espacio judicial europeo*. Madrid: Colex, 2007.

GIACOMOLLI, Nereu José. *O devido processo penal: abordagem conforme a Constituição Federal e o Pacto de São José da Costa Rica*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

_____. *Prisão, liberdade e as cautelares alternativas ao cárcere*. São Paulo: Marcial Pons, 2013.

GIMENO SENDRA, Vicente. La prisión provisional en el derecho de la libertad. In: BARBERO SANTOS, Marino. *Prisión provisional, detención preventiva y derechos fundamentales*: Seminario Internacional, Toledo, 2-5 de octubre de 1996, Sección Española de Intercenter. Cuenca: Universidad de Castilla-La Mancha, 1997.

_____; MORENO CATENA, Víctor; CORTÉS DOMÍNGUEZ, Valentín. *Derecho Procesal Penal*. 3. ed.. Madrid: Colex, 1999.

_____; MORENO CATENA, Vitor; CORTÉS DOMÍNGUEZ, Valetim. *Lecciones de Derecho Procesal Penal*. Madrid: Colex, 2001.

_____. El derecho a um proceso sin dilaciones indebidas. *Revista del Poder Judicial*. nº especial. Madrid: Consejo General del Poder Judicial, 1988.

GLOECKNER, Ricardo Jacobsen. *Risco, dromologia e processo penal: uma análise a partir dos direitos fundamentais do acusado*. Salvador: JusPodivm, 2015.

GOMES, Décio Alonso. *(Des) aceleração processual: abordagens sobre a dromologia na busca do tempo razoável*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

GOMES, Luiz Flávio; MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. *Comentários à Convenção Americana sobre Direitos Humanos*. Pacto de São José da Costa Rica. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

GOMES FILHO, Antônio Magalhães. *Presunção de inocência e prisão cautelar*. São Paulo: Saraiva, 1991.

_____. *A motivação das decisões penais*. 2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

_____. Medidas cautelares e princípios constitucionais. In: FERNANDES, OG (Org.). *Medidas cautelares no processo penal: prisões e alternativas*. Comentários à Lei 12.403, de 04.05.2011. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

GONZALEZ-CUELLAR SERRANO, Nicolas. *Proporcionalidad y derechos fundamentales en el proceso penal*. Madrid: Colex, 1990.

GRINOVER, Ada Pellegrini, FERNANDES, Antonio Scarance, GOMES FILHO, Antonio Magalhães. *As nulidades no processo penal*. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

_____. *O Processo: Estudos e Pareceres*. 2. ed. São Paulo: DPJ Editora, 2009.

HAWKING, Stephen William. *O universo numa casca de noz*. Tradução Cássio Arantes Leite. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016, p. 31.

_____. *Uma breve história do tempo*. Tradução Cássio Arantes Leite. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015, p. 31.

HOBBS, Thomas. *Leviatã, ou, Matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. Tradução João Paulo Monteiro, Maria Beatriz Nizza da Silva e Claudia Berliner. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

IERMANO, Anna. *La ragionevole durata del processo nell'ordinamento europeo e italiano*. 2010. Tese (Doutorado em Direito Processual). Faculdade de Direito, Universidade de Estudos de Salerno, 2011.

ILLUMINATI, Giulio. *La presunzione d'innocenza dell'imputato*. Bologna: Zanichelli, 1979.

KHALED JR., Salah H. Me ne frego: a presença de inocência apunhalada pelo STF.

Boletim IBCCRIM, São Paulo, v. 24, n. 281, p. 05-07, abr. 2016.

KOEHLER, Frederico Augusto Leopoldino. *A razoável duração do processo*. 2. ed. Salvador: Juspodivum, 2013.

LACAVA, Thaís Aroca Datcho. *A garantia da duração razoável da persecução penal*. 2009. Dissertação. (Mestrado em Direito Processual) Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

LIMA, José Antonio Farah Lopes de. *Convenção europeia de direitos humanos*. São Paulo: Mizuno, 2007.

LIMA, Marcellus Polastri. *A tutela cautelar no processo penal*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

_____. A prisão em decorrência da condenação recorrível, a Constituição Federal/88, a nova reforma do processo penal e o fim da chamada execução provisória da pena. *Revista Magister de Direito Penal e Processual Penal*, Porto Alegre, v. 6, n. 33, p. 12-24, dez./jan. 2010.

LOPES JÚNIOR, Aury. *Prisões cautelares: Lei n. 12.403/2011*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

_____. *Fundamentos do processo penal: Introdução Crítica*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2016, p. 34.

_____. Direito ao processo penal no prazo razoável. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, v. 15, n. 65, p. 209-250, mar./abr. 2007.

_____. Direito ao processo penal no prazo razoável (ou quando os juristas acertam contas com Einstein). In: WUNDERLICH, Alexandre (Coord.). *Política criminal contemporânea: criminologia, direito penal e direito processual penal; homenagem do Departamento de Direito Penal e Processual Penal pelos 60 anos da Faculdade de Direito da PUC/RS*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

_____. A (de)mora jurisdicional no processo penal: o direito a um processo sem dilações indevidas. *Revista de Estudos Criminais*, Porto Alegre, v. 4, n. 15, p. 65-86, 2004.

_____. Breves considerações sobre a polimorfologia do sistema cautelar no PLS 156/2009 (e mais algumas preocupações...). *Boletim IBCCRIM*, São Paulo, v. 18, 213 - Edição Especial, p. 7-9, ago. 2010, p.

_____. (Des)velando o Risco e o Tempo no Processo Penal. In: GAUER, Ruth M. Chittó (Org.). *A qualidade do tempo: Para além das aparências históricas*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.

- _____; PAIVA, Caio. Audiência de custódia e a imediata apresentação do preso ao juiz: rumo à evolução civilizatória do processo penal. *Revista Magister de Direito Penal e Processual Penal*, Porto Alegre, v. 10, n. 60, p. 5-17, jun./jul. 2014.
- MAIER, Julio B. J. La privación de la libertad durante el procedimiento penal. El encarcelamiento preventivo hoy. In: ANITUA, Gabriel Ignacio; TEDESCO, Ignacio F (Org.). *La cultura penal: homenaje al professor Edmundo S. Hendler*. Buenos Aires: Del Puerto, 2009.
- MALAN, Diogo. Prisão processual: limites no sistema interamericano de direitos humanos. In: FERNANDES, Márcia Adriana; PEDRINHA, Roberta Duboc (Org.). *Escritos transdisciplinares de criminologia, direito e processo penal: homenagem aos mestres Vera Malaguti e Nilo Batista*. Rio de Janeiro: Revan, 2014.
- MARCHISIO, Adrián. *El juicio abreviado y la instrucción sumária – procedimiento penal nacional y derecho comparado*. Buenos Aires: Ad-Hoc, 1998.
- MARQUES, Ivan Luís. Prisão preventiva com prazo determinado, mas irrazoável. *Boletim IBCCRIM*, São Paulo, v. 18, 213 - Edição Especial, p. 14-15, ago. 2010.
- MENDONÇA, Andrey Borges de. *Prisão e outras medidas cautelares pessoais*. São Paulo: Método, 2011.
- MESSUTI, Ana. *O tempo como pena*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.
- MORAES, Maurício Zanóide de. *Presunção de inocência no processo penal brasileiro: análise de sua estrutura normativa para a elaboração legislativa e para a decisão judicial*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.
- MOURA, Maria Thereza Rocha de Assis (Coord.). *As reformas no processo penal: as novas leis de 2008 e os projetos de reforma*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.
- _____. Habeas corpus na reforma do Código de Processo Penal. *Revista do Advogado*, v. 113, p. 83-91, 2011.
- _____; LACAVA, Thais Aroca Datcho. “A garantia da razoável duração do processo penal e a contribuição do STJ para a sua efetividade”. In: PRADO, Geraldo e MALAN, Diogo (Coord). *Processo penal e democracia: estudos em homenagem aos 20 anos da Constituição da República de 1988*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.
- _____; SAAD, Marta. Constituição da República e exercício do direito de defesa. In: PINHO, Ana Cláudia Bastos; GOMES, Marcus Alan de Melo. (Org.). *Ciências Criminais: articulações críticas em torno dos 20 anos da Constituição da República*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009, v. , p. 175-210.
- NAKAHARADA, Carlos Eduardo Mitsuo. *Prisão preventiva: direito à razoável duração e necessidade de prazo legal máximo*. 2015. Dissertação. (Mestrado em Direito

Processual). Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

NICOLA, Francesco de Santis di. *Ragionevole durata del processo e rimedio effettivo*. Napoli: Jovene, 2013.

NICOLLIT, André. *A duração razoável do processo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

_____. *Manual de processo penal*. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

NOTTINGHAM, Andréa de Boni; SANTIAGO, Nestor Eduardo Araruna. Prisão preventiva no projeto do código de processo penal: perspectivas sobre a fixação do prazo legal. In: GONZÁLEZ POSTIGO, Leonel. *Desafiando a inquisição: ideias e propostas para a reforma processual penal no Brasil*. Coordenação de Paula R. BALLESTEROS. Chile: Centro de Estudios de Justicia de las Américas - CEJA, 2017.

NUCCI, Guilherme de Souza. *Prisão e liberdade*. De acordo com a Lei nº 12.403/2011. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. *Curso de processo penal: atualizada de acordo com as leis nºs 12.403, 12.432, 12.461, 12.483 e 12.529, todas de 2011, e lei complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011*. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

OST, François. *O tempo do direito*. Tradução Maria Fernanda Oliveira. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

PASTOR, Daniel R. *El plazo razonable en el proceso del Estado de Derecho: una investigación acerca del problema de la excesiva duración del proceso penal y sus posibles soluciones*. Buenos Aires: Ad-Hoc, Konrad- Adenauer Stiftung, 2002.

_____. Acerca del derecho fundamental al plazo razonable de duración del proceso penal. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, v. 13, n. 52, p.203-249, jan./fev. 2005.

_____. Escolios a la ley de limitación temporal del encarcelamiento preventivo. *Nueva Doctrina Penal*, Buenos Aires, A, p.283-315, 1996.

PEDRAZ PENALVA, Ernesto. El derecho a un proceso sin dilaciones indebidas. *Revista del Poder Judicial*, Madrid, 43/44, p. 225-250, 1996.

PENTEADO, Jaques de Camargo. Tempo de prisão: breves apontamentos. *Revista da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo*, São Bernardo do Campo, v. 6, n. 8, p. 231-266, 2002.

PIOVESAN, Flávia. *Direitos humanos e justiça internacional: um estudo comparativo dos sistemas regionais europeu, interamericano e africano*. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

_____. *Direitos humanos e o Direito Constitucional Internacional*. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

PIRES, Álvaro. Amostragem e pesquisa qualitativa: ensaios teóricos e metodológicos. In: POUPART, Jean; DESLAURIERS, Jean-Pierre; GROULX, Lionel-H.; LAPERRIERE, Anne; MAYER, Robert; PIRES, Alvaro (Orgs.). *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Tradução Ana Cristina Nasser. Petrópolis: Vozes, 2008.

PRADO, Geraldo; MALAN, Diogo (Org.). *Processo penal e democracia: estudos em homenagem aos 20 anos da Constituição da República de 1988*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

_____. Excepcionalidade da prisão provisória. In: FERNANDES, Og (org). *Medidas cautelares no processo penal, prisões e suas alternativas*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

_____; MELCHIOR, Antonio Pedro. Breve análise crítica da Lei n. 12.403, de 2011, que modifica o regime das cautelares pessoais no processo penal brasileiro. *Boletim IBCCRIM*, São Paulo, v. 19, n. 223, p. 10-11., jun. 2011.

QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo. *Monografia jurídica – Passo a passo* (Projeto, pesquisa, redação e formatação). São Paulo: Método, 2015.

_____; FEFERBAUM, Marina (Coord.). *Metodologia jurídica: um roteiro prático para trabalhos de conclusão de curso*. São Paulo: Saraiva, 2012.

RAMOS, André de Carvalho. *Teoria geral dos direitos humanos na ordem internacional*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

REALE, Miguel. *Lições preliminares de Direito*. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

RIBA TREPAT, Cristina. *La eficacia temporal del proceso: el juicio sin dilaciones indevidas*. Barcelona: José María Bosch, 1997.

ROSA, Alexandre Morais da; SILVEIRA FILHO, Sylvio Lourenço da. *Medidas compensatórias da demora jurisdicional: a efetivação do direito fundamental à duração razoável do processo penal*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

SÁ, Alvino Augusto de. Prisionização: um dilema para o cárcere e um desafio para a comunidade. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, v. 6, n. 21, p. 117-123, jan./mar. 1998.

SAAD, Marta. *O direito de defesa no inquérito policial*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

- _____. *As medidas assecuratórias do Código de Processo Penal como forma de tutela cautelar destinada à reparação do dano causada pelo delito*. 2007. Tese (Doutorado em Direito Processual) Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- _____. Assimilação das finalidades da pena pela prisão preventiva. *Revista Eletrônica de Direito Penal*, v. 1, p. 247-262, 2013.
- _____. Defesa técnica dos presos em flagrante delito. *Boletim IBCCRIM*, São Paulo. v. 173, p. 6, 2007.
- _____. Direito ao silêncio na prisão em flagrante. In: PRADO, Geraldo; MALAN, Diogo. (Org.). *Processo penal e democracia: estudos em homenagem aos 20 anos da Constituição da República de 1988*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009, p. 423-453.
- SÁNCHEZ, Alberto Suárez. *El debido proceso penal*. Bogotá: Universidade Externado de Colômbia, 1988.
- SANGUINÉ, Odone. *Prisão cautelar, medidas alternativas e direitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Forense, 2014.
- _____. Prisão provisória e princípios constitucionais. *Fascículos de Ciências Penais*, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 96-124, abr./jun. 1992.
- SANTOS, Leandro Galluzi dos. Procedimentos – Lei 11.719/2008. In: MOURA, Maria Thereza Rocha de Assis (Coord.). *As reformas no processo penal: as novas leis de 2008 e os projetos de reforma*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.
- SHIMIZU, Bruno. Sobre o cárcere, o judiciário e irresponsabilidades. *Boletim IBCCRIM*, São Paulo, v. 23, n. 274, p. 20-21, set. 2015.
- SILVA, Danielle Souza de Andrade e. A temporalidade específica da prisão preventiva: um mecanismo de conciliação entre garantias individuais e efetividade no processo penal. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, v. 14, n. 62, p. 197-219, set./out. 2006.
- SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 30. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.
- SILVA, Luis Virgilio Afonso da. *Direitos Fundamentais: conteúdo essencial, restrições e eficácia*. 2. ed. São Pauo: Malheiros, 2010.
- SPONVILLE, André Comte. *O ser tempo - algumas reflexões sobre o tempo da consciência*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- STEINER, Sylvia Helena de Figueiredo. *A Convenção Americana sobre Direitos Humanos*

e sua integração ao processo penal brasileiro. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

SUANNES, Adauto Alonso. *Os fundamentos éticos do devido processo penal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

TONINI, Paolo. *Manuale di procedura penale*. 18. ed. Milano: Giuffré, 2017.

TUCCI, José Rogério Cruz e. *Tempo e processo: uma análise empírica das repercussões do tempo na fenomenologia processual (civil e penal)*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

TUCCI, Rogério Lauria. *Direitos e garantias individuais no processo penal brasileiro*. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

_____; DELMANTO JUNIOR, Roberto. Sistematização das medidas cautelares processuais penais. *Revista do Advogado*, São Paulo, v. 24, n. 78, p. 111-122, set. 2004.

UBERTIS, Giulio. *Principi di procedura penale europea*. Le regole del giusto processo. 2. ed. Milano: Raffaello Cortina, 2009.

VARALDA, Renato Barão. *Restrição ao princípio da presunção de inocência*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2007.

VASCONCELLOS, Vinicius Gomes de. O direito ao julgamento penal em prazo mínimo: Limites à aceleração procedimental no respeito ao processo com todas as garantias. *Boletim Informativo IBRASSP*, ano 05, nº 8.

_____. A inserção de medidas cautelares diversas no sistema processual penal brasileiro: entre a expansão do controle punitivo e sua limitação. *Revista de Estudos Criminais*, Porto Alegre, v. 11, n. 51, p. 125-142, out./dez. 2013.

_____. Audiência de custódia no processo penal: limites cognitivos e regra de exclusão probatória. *Boletim IBCCRIM*, São Paulo, v. 24, n. 283, p. 5-6., jun. 2016.

VAZ, Teresa Anselmo. Novas tendências do processo civil no âmbito do processo declarativo comum (alguns aspectos). *Revista dos Advogados*. Lisboa, 55, 1995.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Em busca das penas perdidas*. A perda da legitimidade do sistema penal. Tradução Vânia Romano Pedrosa, Amir Lopes da Conceição. 5. ed. Rio de Janeiro, 2014.

ZILLI, Marcos. Ainda que tardia, que venha a liberdade: breve panorama sobre a prisão cautelar no direito brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, v. 18, n. 85, p. 447-494, jul./ago. 2010.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Formulário para coleta de dados dos acórdãos do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça (Pesquisa quantitativa)

1. HC/RHC nº:
2. Local da ação penal de origem:
3. Turma:
4. Relator:
5. Data do julgamento:
6. Parecer do Ministério Público:
7. Liminar:
8. Resultado do julgamento:
9. Decisão unânime? (Placar da votação)
() Sim () Não Qual o placar? _____
10. Crime:
11. Capitulação jurídica:
12. Número de acusados:
13. Aplicação de súmula? (STJ)
() Não () Sim Qual? _____
14. A Corte reconheceu a violação ao prazo razoável?
() Sim Não ()
15. Menção a quantos critérios? _____
16. Menção a qual critério para justificar a decisão?
() complexidade da causa
() comportamento da parte
() conduta da autoridade judicial

17. Termo inicial? (Data da prisão)

18. Termo final? (Data de julgamento)

19. Lapso temporal da prisão:

20. Menção aos tratados internacionais?

() Não Sim ()

21. Menção a caso julgado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos?

() Não Sim ()

23. Menção às Cortes Internacionais de Direitos Humanos?

() Não Sim ()

22. Houve determinação da soltura do paciente?

() Não Sim ()

23. O Tribunal recomendou celeridade na tramitação da ação penal/recurso?

() Sim Não ()

APÊNDICE B – Formulário para coleta de dados dos acórdãos do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça (Pesquisa qualitativa)

1. HC/RHC nº:

2. Local da ação penal de origem:

3. Turma:

4. Relator:

5. Data do julgamento:

6. Quais os elementos/fatores utilizados para averiguar o critério no caso concreto?

7. O critério foi aplicado para justificar a concessão da ordem de *habeas corpus*?

() Sim () Não Qual foi o resultado do julgamento? _____

8. O Tribunal utilizou outros fundamentos para aferição da razoabilidade do prazo da prisão cautelar?

() Não () Sim Qual? _____

9. Quais são os termos inicial e final para a contagem do prazo da prisão cautelar?

10. Houve aplicação/mitigação da súmulas nº 21, 52 e 64? (STJ)

() Não () Sim Qual o fundamento? _____

11. Houve menção a tratados internacionais?

() Não () Sim Qual? _____

12. Houve menção a caso julgado pela Corte Internacional de Direitos Humanos?

() Não () Sim Qual? _____

APÊNDICE C – Relação dos julgados analisados: Superior Tribunal de Justiça

	Nº HC/RHC	Órgão julgador	Relator (a)	Julgado em:	Pesquisa qualitativa?
1	RHC 70169/PI	Quinta	Reynaldo Soares da Fonseca	15/12/2016	Não
2	HC 377117/PE	Quinta	Antonio Saldanha Pinheiro	15/12/2016	Sim
3	RHC 72322/ES	Quinta	Antonio Saldanha Pinheiro	15/12/2016	Não
4	HC 361564/BA	Quinta	Joel Ilan Paciornik	15/12/2016	Não
5	HC 372358 / CE	Quinta	Joel Ilan Paciornik	15/12/2016	Não
6	HC 355085 / SP	Sexta	Sebastião Reis Junior	13/12/2016	Sim
7	HC 365371 / PR	Quinta	Joel Ilan Paciornik	06/12/2016	Sim
8	HC 354295 / BA	Quinta	Reynaldo Soares da Fonseca	01/12/2016	Não
9	HC 352061 / RS	Quinta	Reynaldo Soares da Fonseca	22/11/2016	Não
10	RHC 75057 / MS	Sexta	Antonio Saldanha Pinheiro	22/11/2016	Não
11	HC 350280 / CE	Quinta	Joel Ilan Paciornik	17/11/2016	Sim
12	HC 373470 / ES	Sexta	Maria Thereza Rocha de Assis Moura	17/11/2016	Não
13	RHC 66700 / CE	Sexta	Rogério Schietti Cruz	10/11/2016	Não
14	HC 352956 / SP	Quinta	Joel Ilan Paciornik	10/11/2016	Não
15	HC 360104 / PA	Quinta	Joel Ilan Paciornik	10/11/2016	Não
16	RHC 71979 / BA	Sexta	Reynaldo Soares da Fonseca	08/11/2016	Sim
17	RHC 75132 / RS	Quinta	Jorge Mussi	25/10/2016	Não
18	RHC 75132 / RS	Quinta	Joel Ilan Paciornik	25/10/2016	Não
19	RHC 69663 / RS	Sexta	Reynaldo Soares da Fonseca	25/10/2016	Sim
20	HC 353107 / PE	Quinta	Joel Ilan Paciornik	25/10/2016	Não
21	HC 331275 / PE	Sexta	Reynaldo Soares da Fonseca	20/10/2016	Não
22	HC 315879 / SP	Sexta	Reynaldo Soares da Fonseca	20/10/2016	Não
23	RHC 68521 / BA	Sexta	Rogério Schietti Cruz	20/10/2016	Não
24	HC 365911 / SP	Quinta	Joel Ilan Paciornik	20/10/2016	Não
25	HC 345127 / BA	Quinta	Joel Ilan Paciornik	06/10/2016	Não
26	RHC 54642 / SP	Quinta	Ribeiro Dantas	04/10/2016	Sim
27	HC 348959 / CE	Quinta	Felix Fischer	27/09/2016	Não

28	RHC 73889 / BA	Sexta	Antonio Saldanha Pinheiro	27/09/2016	Não
29	HC 368298 / PE	Sexta	Rogério Schietti Cruz	27/09/2016	Sim
30	HC 318020 / TO	Sexta	Rogério Schietti Cruz	15/09/2016	Não
31	HC 339306 / SP	Quinta	Joel Ilan Paciornik	15/09/2016	Não
32	RHC 62153 / BA	Quinta	Reynaldo Soares da Fonseca	13/09/2016	Não
33	HC 339934 / MT	Sexta	Rogério Schietti Cruz	13/09/2016	Não
34	HC 352443 / RS	Quinta	Joel Ilan Paciornik	13/09/2016	Não
35	HC 356599 / CE	Sexta	Antonio Saldanha Pinheiro	01/09/2016	Sim
36	RHC 71493 / RJ	Sexta	Maria Thereza Rocha de Assis Moura	01/09/2016	Não
37	RHC 59218 / RS	Quinta	Ribeiro Dantas	23/08/2016	Não
38	HC 359508 / PE	Sexta	Antonio Saldanha Pinheiro	23/08/2016	Não
39	RHC 69043 / ES	Sexta	Rogério Schietti Cruz	23/08/2016	Não
40	HC 344038 / SP	Quinta	Joel Ilan Paciornik	23/08/2016	Não
41	HC 359509 / PE	Sexta	Nefi Cordeiro	18/08/2016	Não
42	HC 360973 / SP	Sexta	Rogério Schietti Cruz	18/08/2016	Não
43	HC 331308 / PE	Sexta	Rogério Schietti Cruz	18/08/2016	Não
44	HC 359592 / CE	Quinta	Joel Ilan Paciornik	16/08/2016	Não
45	RHC 72995 / CE	Sexta	Antonio Saldanha Pinheiro	16/08/2016	Não
46	RHC 51829 / SP	Sexta	Antonio Saldanha Pinheiro	09/08/2016	Não
47	HC 325000 / RJ	Quinta	Reynaldo Soares da Fonseca	02/08/2016	Não
48	HC 351454 / RS	Sexta	Antonio Saldanha Pinheiro	02/08/2016	Não
49	HC 348360 / PB	Sexta	Nefi Cordeiro	30/06/2016	Sim
50	HC 338450 / RJ	Quinta	Joel Ilan Paciornik	21/06/2016	Não
51	HC 338974 / PR	Quinta	Joel Ilan Paciornik	16/06/2016	Não
52	RHC 49463 / PI	Sexta	Rogério Schietti Cruz	16/06/2016	Não
53	HC 350982 / CE	Quinta	Reynaldo Soares da Fonseca	14/06/2016	Não
54	HC 353177 / SP	Quinta	Reynaldo Soares da Fonseca	14/06/2016	Não
55	HC 347066 / SP	Quinta	Joel Ilan Paciornik	02/06/2016	Não
56	RHC 65569 / BA	Quinta	Jorge Mussi	02/06/2016	Não
57	HC 351971 / SP	Sexta	Sebastião Reis Junior	02/06/2016	Não

58	HC 338301 / SP	Quinta	Joel Ilan Paciornik	24/05/2016	Não
59	RHC 23738 / BA	Sexta	Rogério Schietti Cruz	24/05/2016	Não
60	RHC 69924 / PI	Sexta	Maria Thereza Rocha de Assis Moura	24/05/2016	Não
61	HC 345192 / RJ	Sexta	Antonio Saldanha Pinheiro	19/05/2016	Não
62	HC 340436 / SP	Quinta	Reynaldo Soares da Fonseca	17/05/2016	Não
63	HC 349334 / SP	Quinta	Joel Ilan Paciornik	10/05/2016	Não
64	HC 351056 / PR	Quinta	Joel Ilan Paciornik	10/05/2016	Não
65	HC 352100 / SP	Sexta	Nefi Cordeiro	10/05/2016	Não
66	HC 342523 / MS	Quinta	Joel Ilan Paciornik	05/05/2016	Não
67	HC 350115 / PR	Sexta	Antonio Saldanha Pinheiro	03/05/2016	Não
68	RHC 66803 / RS	Sexta	Sebastião Reis Junior	03/05/2016	Não
69	RHC 68400 / PE	Quinta	Jorge Mussi	26/04/2016	Não
70	HC 349303 / SP	Quinta	Joel Ilan Paciornik	26/04/2016	Não
71	RHC 63923 / CE	Quinta	Jorge Mussi	26/04/2016	Não
72	HC 346190 / MS	Quinta	Joel Ilan Paciornik	19/04/2016	Não
73	HC 340287 / PA	Quinta	Jorge Mussi	19/04/2016	Não
74	HC 338481 / PE	Quinta	Reynaldo Soares da Fonseca	12/04/2016	Sim
75	HC 349143 / BA	Sexta	Maria Thereza Rocha de Assis Moura	07/04/2016	Não
76	HC 350562 / CE	Sexta	Nefi Cordeiro	07/04/2016	Não
77	HC 278980 / SP	Quinta	Jorge Mussi	17/03/2016	Não
78	HC 342832 / PE	Quinta	Felix Fischer	10/03/2016	Não
79	HC 334861 / PE	Quinta	Reynaldo Soares da Fonseca	08/03/2016	Não
80	RHC 55996 / BA	Quinta	Jorge Mussi	23/02/2016	Não
81	RHC 60423 / RJ	Quinta	Jorge Mussi	23/02/2016	Não
82	HC 335162 / SP	Quinta	Reynaldo Soares da Fonseca	18/02/2016	Não
83	HC 335403 / CE	Quinta	Reynaldo Soares da Fonseca	18/02/2016	Não
84	HC 341757 / SP	Sexta	Maria Thereza Rocha de Assis Moura	18/02/2016	Não
85	HC 333499 / PE	Quinta	Felix Fischer	04/02/2016	Não
86	HC 332067 / PB	Sexta	Maria Thereza Rocha de Assis Moura	15/12/2015	Não
87	HC 321490 / BA	Quinta	Gurgel de Faria	15/12/2015	Não

88	HC 330727 / RS	Quinta	Gurgel de Faria	10/12/2015	Não
89	RHC 63914 / CE	Quinta	Gurgel de Faria	03/12/2015	Não
90	HC 338813 / PB	Sexta	Maria Thereza Rocha de Assis Moura	01/12/2015	Não
91	HC 308085 / SP	Sexta	Rogério Schietti Cruz	24/11/2015	Não
92	HC 338486 / PE	Sexta	Rogério Schietti Cruz	24/11/2015	Não
93	HC 332827 / PA	Sexta	Rogério Schietti Cruz	19/11/2015	Não
94	HC 336167 / PE	Quinta	Gurgel de Faria	17/11/2015	Não
95	RHC 58759 / RS	Quinta	Ribeiro Dantas	10/11/2015	Não
96	RHC 64445 / MA	Sexta	Maria Thereza Rocha de Assis Moura	27/10/2015	Não
97	RHC 61138 / MG	Quinta	Felix Fischer	20/10/2015	Não
98	HC 315048 / RS	Quinta	Reynaldo Soares da Fonseca	20/10/2015	Não
99	RHC 53328 / PA	Sexta	Maria Thereza Rocha de Assis Moura	15/10/2015	Não
100	HC 324246 / SP	Quinta	Gurgel de Faria	13/10/2015	Não
101	HC 286958 / SP	Sexta	Ericson Maranhao (Des. Conv.)	01/10/2015	Não
102	HC 326957 / PE	Quinta	Gurgel de Faria	22/09/2015	Sim
103	HC 322227 / SP	Quinta	Reynaldo Soares da Fonseca	17/09/2015	Não
104	HC 324700 / SP	Quinta	Reynaldo Soares da Fonseca	15/09/2015	Não
105	RHC 59732 / DF	Quinta	Leopoldo de Arruda Raposo	15/09/2015	Não
106	HC 281342 / SP	Quinta	Newton Trisotto	08/09/2015	Não
107	RHC 60989 / MG	Sexta	Maria Thereza Rocha de Assis Moura	03/09/2015	Sim
108	HC 316779 / SP	Quinta	Newton Trisotto	01/09/2015	Não
109	RHC 60480 / RS	Quinta	Reynaldo Soares da Fonseca	25/08/2015	Não
110	HC 324183 / PR	Quinta	Newton Trisotto	20/08/2015	Não
111	HC 318687 / PR	Quinta	Newton Trisotto	20/08/2015	Não
112	HC 318795 / RJ	Quinta	Newton Trisotto	20/08/2015	Não
113	HC 321864 / GO	Quinta	Newton Trisotto	20/08/2015	Não
114	RHC 51323 / RS	Quinta	Leopoldo de Arruda Raposo	18/08/2015	Não
115	HC 318256 / SP	Quinta	Gurgel de Faria	30/06/2015	Não
116	HC 313421 / SP	Quinta	Gurgel de Faria	30/06/2015	Não
117	RHC 57286 / BA	Quinta	Reynaldo Soares da Fonseca	30/06/2015	Não

118	HC 311933 / CE	Sexta	Nefi Cordeiro	30/06/2015	Não
119	RHC 58505 / MG	Quinta	Gurgel de Faria	30/06/2015	Não
120	RHC 57098 / RS	Quinta	Newton Trisotto	23/06/2015	Não
121	HC 300328 / SP	Sexta	Nefi Cordeiro	18/06/2015	Não
122	RHC 56472 / MS	Quinta	Gurgel de Faria	18/06/2015	Não
123	RHC 53289 / SC	Quinta	Gurgel de Faria	18/06/2015	Não
124	HC 318357 / SP	Quinta	Jorge Mussi	21/05/2015	Não
125	RHC 53046 / SP	Quinta	Felix Fischer	21/05/2015	Não
126	RHC 53926 / GO	Quinta	Gurgel de Faria	19/05/2015	Não
127	HC 319422 / SP	Quinta	Gurgel de Faria	12/05/2015	Não
128	RHC 58506 / SP	Sexta	Maria Thereza Rocha de Assis Moura	07/05/2015	Sim
129	RHC 57345 / RJ	Sexta	Maria Thereza Rocha de Assis Moura	05/05/2015	Não
130	HC 281741 / SP	Sexta	Maria Thereza Rocha de Assis Moura	05/05/2015	Não
131	HC 317199 / SP	Sexta	Maria Thereza Rocha de Assis Moura	28/04/2015	Não
132	HC 321130 / SP	Sexta	Maria Thereza Rocha de Assis Moura	28/04/2015	Não
133	HC 312719 / SP	Sexta	Maria Thereza Rocha de Assis Moura	16/04/2015	Não
134	HC 310879 / SP	Quinta	Gurgel de Faria	16/04/2015	Não
135	HC 311188 / SP	Sexta	Sebastião Reis Junior	16/04/2015	Sim
136	RHC 55107 / PE	Quinta	Felix Fischer	07/04/2015	Não
137	HC 311370 / PR	Quinta	Leopoldo de Arruda Raposo	24/03/2015	Não
138	HC 288656 / ES	Quinta	Gurgel de Faria	24/03/2015	Não
139	RHC 54781 / SP	Sexta	Maria Thereza Rocha de Assis Moura	17/03/2015	Não
140	HC 257761 / PE	Sexta	Ericson Maranhao (Des. Conv.)	17/03/2015	Não
141	RHC 55445 / SP	Sexta	Sebastião Reis Junior	17/03/2015	Não
142	HC 310419 / TO	Quinta	Gurgel de Faria	10/03/2015	Sim
143	HC 312071 / SP	Sexta	Sebastião Reis Junior	12/02/2015	Não
144	RHC 36262 / BA	Quinta	Jorge Mussi	05/02/2015	Não
145	HC 305284 / AL	Quinta	Felix Fischer	05/02/2015	Sim
146	HC 297706 / ES	Sexta	Maria Thereza Rocha de Assis Moura	03/02/2015	Não
147	HC 292883 / RJ	Sexta	Maria Thereza Rocha de Assis Moura	03/12/2015	Sim

148	HC 296930/MA	Sexta	Sebastião Reis Junior	18/10/2014	Não
149	HC 242723/ PE	Sexta	Ericson Maranhao (Des. Conv.)	09/12/2014	Sim
150	HC 298330/MG	Sexta	Sebastião Reis Junior	25/11/2014	Não
151	RHC 52050/SP	Quinta	Felix Fischer	04/11/2014	Não
152	RHC 48188/RJ	Quinta	Gurgel de Faria	21/10/2014	Não
153	HC 301128 / PR	Sexta	Maria Thereza Rocha de Assis Moura	02/10/2014	Não
154	HC 291619/PR	Sexta	Maria Thereza Rocha de Assis Moura	18/09/2014	Não
155	RHC 49.287/MG	Sexta	Maria Thereza Rocha de Assis Moura	04/09/2014	Não
156	RHC 47860/PI	Sexta	Marilza Maynard	04/09/2014	Sim
157	HC 274835/MT	Sexta	Sebastião Reis Junior	04/09/2014	Sim
158	HC 295991/MG	Quinta	Laurita Vaz	26/08/2014	Não
159	HC 294190 / SP	Quinta	Marco Aurélio Bellize	26/08/2014	Não
160	RHC 48849 / MG	Sexta	Maria Thereza Rocha de Assis Moura	26/08/2014	Não
161	HC 295904 / MS	Sexta	Maria Thereza Rocha de Assis Moura	26/08/2014	Não
162	RHC 41248/BA	Sexta	Sebastião Reis Junior	21/08/2014	Não
163	RHC 49500 / RS	Quinta	Moura Ribeiro	19/08/2014	Não
164	HC 284226 / AL	Sexta	Maria Thereza Rocha de Assis Moura	19/08/2014	Não
165	RHC 43426 / RS	Quinta	Regina Helena Costa	05/08/2014	Não
166	RHC 48744 / BA	Sexta	Maria Thereza Rocha de Assis Moura	05/08/2014	Sim
167	HC 289762 / SP	Quinta	Regina Helena Costa	05/08/2014	Não
168	HC 275968 / CE	Quinta	Laurita Vaz	18/06/2014	Não
169	HC 292690 / ES	Quinta	Regina Helena Costa	18/06/2014	Não
170	HC 280111 / SP	Sexta	Maria Thereza Rocha de Assis Moura	10/06/2014	Não
171	HC 290785 / SP	Quinta	Moura Ribeiro	05/06/2014	Não
172	HC 282884 / SP	Quinta	Regina Helena Costa	05/06/2014	Sim
173	RHC 46.858/SP	Quinta	Regina Helena Costa	05/06/2014	Não
174	RHC 46981 / SP	Quinta	Regina Helena Costa	27/05/2014	Não
175	HC 290428 / SP	Quinta	Laurita Vaz	22/05/2014	Não
176	RHC 38372/BA	Sexta	Rogério Schietti Cruz	22/05/2014	Sim
177	HC 273289/ES	Quinta	Regina Helena Costa	20/05/2014	Não

178	HC 288070 / SP	Quinta	Laurita Vaz	20/05/2014	Não
179	HC 275489 / PR	Sexta	Nefi Cordeiro	13/05/2014	Não
180	HC 290830 / MT	Quinta	Regina Helena Costa	06/05/2014	Não
181	HC 281226 / SP	Quinta	Moura Ribeiro	06/05/2014	Sim
182	RHC 44854 / MS	Quinta	Marco Aurélio Bellize	06/05/2014	Não
183	RHC 45235 / SE	Quinta	Marco Aurélio Bellize	24/04/2014	Não
184	RHC 44280 / SE	Quinta	Regina Helena Costa	24/04/2014	Não
185	RHC 41283/SP	Quinta	Regina Helena Costa	24/04/2014	Não
186	HC 286720 / SP	Quinta	Regina Helena Costa	24/04/2014	Não
187	HC 282718 / BA	Quinta	Regina Helena Costa	24/04/2014	Não
188	HC 286855 / SP	Quinta	Moura Ribeiro	08/04/2014	Não
189	HC 276248 / SP	Quinta	Laurita Vaz	20/03/2014	Sim
190	RHC 45640 / PA	Quinta	Moura Ribeiro	18/03/2014	Sim
191	RHC 42041 / ES	Quinta	Regina Helena Costa	11/03/2014	Não
192	HC 240996 / PB	Sexta	Maria Thereza Rocha de Assis Moura	11/03/2014	Não
193	HC 284496 / SP	Quinta	Moura Ribeiro	25/02/2014	Não
194	HC 283062 / BA	Quinta	Moura Ribeiro	20/02/2014	Sim
195	RHC 43343 / BA	Quinta	Moura Ribeiro	18/02/2014	Não
196	RHC 39057 / PI	Quinta	Regina Helena Costa	18/02/2014	Não
197	HC 249655 / ES	Quinta	Laurita Vaz	11/02/2014	Não
198	RHC 42405/RS	Quinta	Moura Ribeiro	06/02/2014	Não
199	HC 276790 / SP	Quinta	Laurita Vaz	04/02/2014	Não
200	HC 268750 / SP	Quinta	Laurita Vaz	04/02/2014	Não
201	RHC 38209 / SP	Quinta	Moura Ribeiro	17/12/2013	Não
202	HC 282.376 /AL	Quinta	Regina Helena Costa	17/11/2013	Sim
203	HC 278.237/PA	Sexta	Sebastião Reis Junior	10/12/2013	Não
204	RHC Nº 42.606/PI	Quinta	Moura Ribeiro	03/12/2013	Não
205	RHC 41.741/PE	Quinta	Regina Helena Costa	26/11/2013	Não
206	RHC 39086 / PR	Quinta	Moura Ribeiro	19/11/2013	Não
207	HC 279937 / TO	Quinta	Moura Ribeiro	19/11/2013	Não

208	HC 262489 / SP	Sexta	Marilza Maynard	12/11/2013	Não
209	HC 258742 / SP	Quinta	Regina Helena Costa	07/11/2013	Não
210	HC 220646 / CE	Quinta	Laurita Vaz	05/11/2013	Não
211	HC 276238 / SP	Sexta	Maria Thereza Rocha de Assis Moura	24/10/2013	Não
212	RHC 33428 / PI	Sexta	Maria Thereza Rocha de Assis Moura	17/10/2013	Não
213	HC 271640 / RJ	Quinta	Moura Ribeiro	15/10/2013	Não
214	RHC 38386 / SP	Quinta	Moura Ribeiro	15/10/2013	Não
215	HC 274044 / RJ	Quinta	Moura Ribeiro	08/10/2013	Não
216	HC 275525 / MG	Quinta	Laurita Vaz	08/10/2013	Não
217	RHC 40893 / RJ	Quinta	Moura Ribeiro	08/10/2013	Não
218	HC 271781 / SP	Quinta	Laurita Vaz	08/10/2013	Não
219	HC 277579 / SP	Quinta	Moura Ribeiro	03/10/2013	Não
220	RHC 40959 / PE	Quinta	Moura Ribeiro	03/10/2013	Não
221	RHC 37018 / PE	Quinta	Jorge Mussi	03/10/2013	Não
222	HC 276924 / SP	Quinta	Moura Ribeiro	01/10/2013	Não
223	HC 275194/PR	Quinta	Moura Ribeiro	24/09/2013	Não
224	RHC 36206 / RS	Sexta	Assusete Magalhães	24/09/2013	Sim
225	HC 276836/RS	Quinta	Moura Ribeiro	19/09/2013	Não
226	HC 269050 / SP	Quinta	Moura Ribeiro	19/09/2013	Não
227	HC 182638 / BA	Sexta	Assusete Magalhães	17/09/2013	Não
228	HC 270613 / DF	Quinta	Moura Ribeiro	10/09/2013	Não
229	HC 261211 / RJ	Sexta	Sebastião Reis Junior	10/09/2013	Sim
230	HC 273107 / SP	Quinta	Moura Ribeiro	05/09/2013	Sim
231	RHC 39799 / SC	Quinta	Moura Ribeiro	03/09/2013	Não
232	HC 275193 / PR	Quinta	Moura Ribeiro	03/09/2013	Não
233	HC 255045 / PE	Quinta	Campos Marques	27/08/2013	Não
234	HC 265680 / PE	Sexta	Og Fernandes	20/08/2013	Não
235	RHC 39513 / RS	Quinta	Campos Marques	15/08/2013	Não
236	HC 271337 / SP	Quinta	Campos Marques	15/08/2013	Não
237	HC 262525/ RS	Sexta	Maria Thereza Rocha de Assis Moura	15/08/2013	Não

238	RHC 33869 / MS	Sexta	Maria Thereza Rocha de Assis Moura	13/08/2013	Não
239	RHC 34890 / PE	Quinta	Campos Marques	13/08/2013	Sim
240	HC 244346 / SP	Quinta	Laurita Vaz	06/08/2013	Não
241	HC 253289 / GO	Sexta	Maria Thereza Rocha de Assis Moura	20/06/2013	Não
242	HC 265352 / SP	Quinta	Marco Aurélio Bellizze	18/06/2013	Não
243	HC 250462 / SP	Quinta	Laurita Vaz	18/06/2013	Não
244	RHC 36688 / MS	Quinta	Campos Marques	11/06/2013	Não
245	HC 242704 / BA	Quinta	Laurita Vaz	28/05/2013	Sim
246	HC 252299 / TO	Quinta	Marco Aurélio Bellizze	28/05/2013	Sim
247	HC 208610 / SP	Sexta	Assussete Magalhães	16/05/2013	Não
248	HC 239939 / PE	Quinta	Laurita Vaz	14/05/2013	Não
249	HC 214663 / MS	Quinta	Laurita Vaz	07/05/2013	Não
250	HC 254196 / SP	Quinta	Laurita Vaz	02/05/2013	Não
251	HC 265930 / MS	Sexta	Maria Thereza Rocha de Assis Moura	23/04/2013	Não
252	RHC 35662 / RS	Quinta	Campos Marques	18/04/2013	Não
253	HC 210213 / PI	Quinta	Campos Marques	16/04/2013	Não
254	RHC 34060/RS	Quinta	Campos Marques	04/04/2013	Não
255	HC 246649 / SP	Sexta	Assussete Magalhães	21/03/2013	Sim
256	HC 261561 / MS	Quinta	Campos Marques	21/03/2013	Não
257	HC 258785 / SP	Quinta	Marco Aurélio Bellize	21/03/2013	Não
258	HC 261223 / MG	Quinta	Laurita Vaz	21/03/2013	Não
259	HC 245882 / PR	Quinta	Laurita Vaz	21/03/2013	Não
260	HC 254498 / PB	Sexta	Sebastião Reis Junior	21/03/2013	Não
261	HC 236950 / SC	Quinta	Marilza Maynard	19/03/2013	Não
262	HC 212405/ SP	Quinta	Laurita Vaz	19/03/2013	Não
263	HC 199139 / MG	Sexta	Maria Thereza Rocha de Assis Moura	19/03/2013	Sim
264	HC 227308 / RS	Sexta	Assussete Magalhães	26/02/2013	Sim
265	HC 262047 / SP	Quinta	Campos Marques	21/02/2013	Não
266	HC 252582 / PB	Quinta	Jorge Mussi	19/02/2013	Não
267	RHC 29115 / PI	Quinta	Laurita Vaz	18/12/2012	Sim

268	HC 247838 / SP	Quinta	Marco Aurélio Bellize	18/12/2012	Não
269	HC 258289 / ES	Quinta	Marco Aurélio Bellize	19/12/2012	Não
270	HC 245428 / RS	Sexta	Og Fernandes	18/12/2012	Sim
271	HC 247604 / PR	Quinta	Marilza Maynard	06/12/2012	Sim
272	HC 214125 / RJ	Sexta	Og Fernandes	04/12/2012	Não
273	RHC 31142 / PA	Quinta	Campos Marques	27/11/2012	Não
274	HC 200500 / PA	Sexta	Sebastião Reis Junior	20/11/2012	Não
275	HC 239197 / SP	Quinta	Laurita Vaz	20/11/2012	Não
276	HC 247511 / PE	Sexta	Sebastião Reis Junior	19/11/2012	Não
277	HC 196537 / SP	Sexta	Alderita Ramos de Oliveira	19/11/2012	Não
278	HC 249035 / MG	Quinta	Laurita Vaz	06/11/2012	Não
279	HC 249722 / RS	Quinta	Marco Aurélio Bellize	23/10/2012	Não
280	HC 245294 / RS	Quinta	Marco Aurélio Bellize	18/10/2012	Não
281	HC 243374 / PE	Sexta	Maria Thereza Rocha de Assis Moura	18/10/2012	Não
282	HC 247827 / CE	Quinta	Marco Aurélio Bellize	16/10/2012	Sim
283	HC 244449 / SP	Sexta	Og Fernandes	04/10/2012	Não
284	RHC 33147 / RS	Quinta	Laurita Vaz	02/10/2012	Não
285	HC 245480/MT	Quinta	Marco Aurélio Bellize	25/09/2012	Não
286	HC 248263 / SP	Quinta	Marco Aurélio Bellize	25/09/2012	Não
287	HC 228399 / GO	Quinta	Marco Aurélio Bellize	28/08/2012	Não
288	HC 239204 / AL	Quinta	Jorge Mussi	02/08/2012	Não
289	RHC 31765 / SP	Quinta	Laurita Vaz	26/06/2012	Não
290	HC 172905 / SP	Quinta	Adilson Vieira Macabu	21/06/2012	Sim
291	HC 197941 / CE	Quinta	Gilson Dipp	12/06/2012	Não
292	HC 233501 / RS	Quinta	Marco Aurélio Bellize	12/06/2012	Não
293	HC 201831 / SP	Quinta	Marco Aurélio Bellize	05/06/2012	Não
294	HC 224311 / AL	Sexta	Sebastião Reis Junior	05/06/2012	Sim
295	HC 218500 / PA	Quinta	Gilson Dipp	22/05/2012	Não
296	HC 186705 / CE	Quinta	Marco Aurélio Bellize	17/05/2012	Não
297	HC 205458 / BA	Quinta	Marco Aurélio Bellize	17/05/2012	Não

298	HC 221780 / SC	Quinta	Adilson Vieira Macabu	08/05/2012	Não
299	HC 236861 / SP	Quinta	Adilson Vieira Macabu	08/05/2012	Não
300	HC 234854/RJ	Quinta	Marco Aurélio Bellizze	08/05/2012	Não
301	HC 235162 / PE	Quinta	Marco Aurélio Bellizze	08/05/2012	Não
302	HC 226799 / ES	Quinta	Marco Aurélio Bellizze	08/05/2012	Não
303	RHC 32164 / MG	Sexta	Maria Thereza Rocha de Assis Moura	03/05/2012	Não
304	HC 230694 / SP	Quinta	Gilson Dipp	24/04/2012	Não
305	HC 230514 / MS	Quinta	Marco Aurélio Bellizze	17/04/2012	Não
306	HC 204460 / BA	Quinta	Marco Aurélio Bellizze	17/04/2012	Não
307	HC 166873 / SP	Sexta	Sebastião Reis Junior	10/04/2012	Não
308	HC 225210 / MG	Quinta	Marco Aurélio Bellize	10/04/2012	Não
309	HC 227058 / ES	Quinta	Marco Aurélio Bellizze	27/03/2012	Não
310	HC 200415 / SP	Quinta	Laurita Vaz	13/03/2012	Não
311	HC 230320 / TO	Quinta	Gilson Dipp	06/03/2012	Sim
312	HC 166073 / SP	Sexta	Sebastião Reis Junior	06/03/2012	Sim
313	HC 224874 / PE	Sexta	Og Fernandes	01/03/2012	Sim
314	HC 177854 / SP	Quinta	Gilson Dipp	14/02/2012	Não
315	HC 216998/PE	Quinta	Laurita Vaz	02/02/2012	Não
316	HC 205463 / SP	Sexta	Maria Thereza Rocha de Assis Moura	02/02/2012	Sim
317	HC 203189 / ES	Sexta	Sebastião Reis Junior	15/12/2011	Sim
318	HC 203268 / SP	Quinta	Jorge Mussi	06/12/2011	Sim
319	HC 179765 / SC	Quinta	Marco Aurélio Bellizze	01/12/2011	Não
320	HC 187025 / SP	Quinta	Adilson Vieira Macabu	22/11/2011	Sim
321	HC 162380 / BA	Quinta	Marco Aurélio Bellizze	18/10/2011	Sim
322	HC 140979 / SP	Sexta	Vasco Della Giustina	13/09/2011	Sim
323	HC 196566 / PA	Quinta	Gilson Dipp	23/08/2011	Não
324	HC 150867 / SP	Sexta	Vasco Della Giustina	23/08/2011	Não
325	HC 205606 / CE	Sexta	Maria Thereza Rocha de Assis Moura	22/08/2011	Sim
326	HC 194945 / RO	Sexta	Og Fernandes	16/08/2011	Não
327	HC 203075 / SP	Sexta	Haroldo Rodrigues	21/06/2011	Não

328	HC 198234 / RJ	Sexta	Og Fernandes	21/06/2011	Sim
329	HC 171353 / SP	Quinta	Gilson Dipp	14/06/2011	Não
330	HC 149004 / SP	Sexta	Og Fernandes	07/06/2011	
331	HC 199650 / RS	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	07/06/2011	Não
332	HC 198384 / AL	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	31/05/2011	Não
333	HC 174956 / RS	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	31/05/2011	Não
334	HC 201300 / SP	Quinta	Gilson Dipp	31/05/2011	Não
335	HC 181372 / GO	Quinta	Jorge Mussi	24/05/2011	Não
336	HC 175857 / PA	Quinta	Laurita Vaz	05/05/2011	Não
337	HC 149585 / PR	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	12/04/2011	Não
338	HC 181416 / SP	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	07/04/2011	Não
339	RHC 25570 / SP	Sexta	Haroldo Rodrigues	07/04/2011	Não
340	HC 187396 / PE	Quinta	Gilson Dipp	05/04/2011	Sim
341	HC 170615 / RJ	Sexta	Haroldo Rodrigues	22/03/2011	Não
342	HC 188849 / SP	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	17/03/2011	Não
343	HC 179830 / SP	Quinta	Jorge Mussi	17/03/2011	Não
344	HC 182870 / SP	Quinta	Jorge Mussi	15/03/2011	Sim
345	HC 183562 / MS	Quinta	Jorge Mussi	01/03/2011	Não
346	HC 177870 / PE	Sexta	Og Fernandes	15/02/2011	Não
347	HC 150791 / SP	Sexta	Og Fernandes	08/02/2011	Sim
348	HC 186801 / RJ	Sexta	Og Fernandes	08/02/2011	Não
349	HC 184767 / DF	Quinta	Jorge Mussi	03/02/2011	Não
350	HC 179230 / PE	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	16/12/2010	Sim
351	RHC 28135 / PI	Quinta	Jorge Mussi	07/12/2010	Sim
352	HC 162645 / PE	Quinta	Gilson Dipp	02/12/2010	Não
353	RHC 28135 / PI	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	02/12/2010	Sim
354	HC 161506 / SP	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	25/11/2010	Não
355	HC 176463 / SP	Quinta	Jorge Mussi	25/11/2010	Não
356	HC 168489 / MA	Quinta	Honildo Amaral de Mello Castro	18/11/2010	Não
357	HC 174783 / SP	Quinta	Jorge Mussi	09/11/2010	Sim

358	HC 157473 / SP	Sexta	Og Fernandes	26/10/2010	Não
359	HC 159379 / SP	Sexta	Og Fernandes	19/10/2010	Não
360	HC 135321 / SP	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	19/10/2010	Não
361	HC 74852 / PE	Sexta	Og Fernandes	05/10/2010	Não
362	HC 168323 / RR	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	02/09/2010	Não
363	HC 172611 / PE	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	02/10/2010	Não
364	HC 161400 / PE	Sexta	Og Fernandes	02/10/2010	Não
365	HC 160556 / BA	Quinta	Felix Fischer	19/08/2010	Não
366	HC 162245 / RJ	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	05/08/2010	Não
367	RHC 25099 / PR	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	22/06/2010	Não
368	HC 157947 / RS	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	22/06/2010	Não
369	HC 163741 / GO	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	17/06/2010	Não
370	HC 143493 / SP	Sexta	Haroldo Rodrigues	10/06/2010	Sim
371	HC 162757 / CE	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	27/05/2010	Não
372	HC 144303 / GO	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	06/05/2010	Não
373	HC 150912 / RJ	Sexta	Og Fernandes	04/05/2010	Sim
374	HC 160276 / PE	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	15/04/2010	Não
375	HC 153423 / SP	Quinta	Laurita Vaz	06/04/2010	Não
376	HC 136704 / SP	Quinta	Jorge Mussi	06/04/2010	Não
377	HC 125609 / GO	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	06/04/2010	Não
378	HC 161072 / MT	Sexta	Maria Thereza Rocha de Assis Moura	05/04/2010	Sim
379	HC 132416 / SP	Sexta	Celso Limongi	05/04/2010	Não
380	HC 117466 / SP	Quinta	Arnaldo Esteves Lima	23/03/2010	Sim
381	HC 123305 / BA	Sexta	Og Fernandes	23/03/2010	Sim
382	HC 127048 / SP	Quinta	Arnaldo Esteves Lima	02/03/2010	Não
383	HC 149110 / MG	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	18/02/2010	Não
384	HC 137444 / SP	Quinta	Jorge Mussi	09/02/2010	Não
385	HC 143335 / SP	Quinta	Carlos Alberto Dias Novaes	04/02/2010	Não
386	HC 133009 / PI	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	04/02/2010	Não
387	HC 142692 / RJ	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	04/02/2010	Não

388	HC 127418 / DF	Sexta	Haroldo Rodrigues	02/02/2010	Sim
389	HC 128065 / SP	Quinta	Felix Fischer	02/02/2010	Não
390	HC 144042 / RJ	Quinta	Arnaldo Esteves Lima	17/12/2009	Não
391	HC 144414 / GO	Sexta	Maria Thereza Rocha de Assis Moura	15/12/2009	Não
392	HC 41655 / AC	Sexta	Og Fernandes	11/12/2009	Não
393	RHC 25881 / SP	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	01/12/2009	Não
394	HC 124794 / SP	Quinta	Jorge Mussi	26/11/2009	Não
395	HC 116592 / GO	Sexta	Maria Thereza Rocha de Assis Moura	24/11/2009	Não
396	HC 142833 / SP	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	19/11/2009	Não
397	HC 144965 / SP	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	19/11/2009	Não
398	HC 134160 / RJ	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	29/10/2009	Não
399	RHC 24045 / SP	Quinta	Jorge Mussi	29/10/2009	Não
400	RHC 25914 / PE	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	20/10/2009	Não
401	HC 140907 / CE	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	20/10/2009	Não
402	HC 142685 / RJ	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	15/10/2009	Não
403	HC 137574 / GO	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	15/10/2009	Não
404	HC 119322 / PA	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	06/10/2009	Não
405	HC 133690 / SP	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	06/10/2009	Sim
406	HC 80410 / SP	Sexta	Og Fernandes	01/10/2009	Não
407	HC 136923 / MA	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	29/09/2009	Não
408	HC 139630 / SP	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	29/09/2009	Não
409	RHC 24451 / BA	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	17/09/2009	Não
410	HC 122146 / RJ	Quinta	Jorge Mussi	08/09/2009	Não
411	HC 129774 / CE	Sexta	Nilson Naves	08/09/2009	Não
412	HC 123062 / PE	Quinta	Felix Fischer	01/09/2009	Não
413	HC 106155 / PA	Sexta	Maria Thereza Rocha de Assis Moura	24/08/2009	Não
414	HC 95152 / GO	Quinta	Arnaldo Esteves Lima	20/08/2009	Não
415	HC 51648 / SP	Quinta	Arnaldo Esteves Lima	19/08/2009	Sim
416	HC 84646 / SP	Sexta	Maria Thereza Rocha de Assis Moura	18/08/2009	Não
417	HC 122617 / SP	Sexta	Maria Thereza Rocha de Assis Moura	18/08/2009	Sim

418	HC 133544 / PI	Sexta	Napoleão Nunes Maia Filho	13/08/2009	Não
419	HC 128892 / ES	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	13/08/2009	Não
420	HC 135308 / CE	Quinta	Jorge Mussi	13/08/2009	Não
421	HC 133503 / PE	Sexta	Maria Thereza Rocha de Assis Moura	04/08/2009	Não
422	RHC 25931 / MG	Quinta	Arnaldo Esteves Lima	23/06/2009	Não
423	HC 130380 / RS	Quinta	Jorge Mussi	18/06/2009	Não
424	HC 131484 / SP	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	18/06/2009	Não
425	HC 109082 / PE	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	18/06/2009	Não
426	HC 124621 / BA	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	09/06/2009	Não
427	HC 126641 / PB	Quinta	Arnaldo Esteves Lima	02/06/2009	Não
428	HC 128548 / BA	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	02/06/2009	Sim
429	HC 70562 / SP	Sexta	Maria Thereza Rocha de Assis Moura	26/05/2009	Sim
430	HC 122786 / PA	Sexta	Maria Thereza Rocha de Assis Moura	21/05/2009	Não
431	HC 123045 / SP	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	21/05/2009	Não
432	HC 93271 / SP	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	21/05/2009	Não
433	RHC 24761 / MT	Sexta	Paulo Gallotti	21/05/2009	Não
434	HC 129822 / PR	Quinta	Arnaldo Esteves Lima	19/05/2009	Não
435	HC 128360 / PI	Quinta	Jorge Mussi	14/05/2009	Não
436	HC 117633 / SP	Quinta	Jorge Mussi	29/04/2009	Não
437	HC 91029 / SP	Sexta	Og Fernandes	23/04/2009	Não
438	HC 107464 / SP	Sexta	Maria Thereza Rocha de Assis Moura	16/04/2009	Não
439	HC 71406 / BA	Sexta	Maria Thereza Rocha de Assis Moura	02/04/2009	Sim
440	HC 65736 / RR	Sexta	Maria Thereza Rocha de Assis Moura	10/03/2009	Sim
441	HC 121036 / ES	Sexta	Celso Limongi	05/03/2009	Não
442	HC 114469 / AL	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	05/03/2009	Não
443	RHC 18584 / PI	Sexta	Maria Thereza Rocha de Assis Moura	19/02/2009	Sim
444	HC 120109 / SP	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	19/02/2009	Não
445	HC 113846 / PI	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	19/02/2009	Não
446	RHC 24029 / PI	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	10/02/2009	Sim
447	HC 117958 / BA	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	10/02/2009	Sim

448	HC 111215 / SP	Sexta	Jane Silva	06/02/2009	Não
449	HC 117687 / SP	Sexta	Maria Thereza Rocha de Assis Moura	06/02/2009	Não
450	HC 116773 / RS	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	05/02/2009	Não
451	HC 110673 / SP	Quinta	Felix Fischer	03/02/2009	Não
452	HC 93689 / SP	Quinta	Jorge Mussi	18/12/2008	Não
453	HC 115210 / SP	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	18/12/2008	Não
454	HC 91717 / PR	Quinta	Arnaldo Esteves Lima	18/12/2008	Não
455	HC 106671 / SP	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	18/12/2008	Não
456	HC 115022 / SP	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	18/12/2008	Não
457	HC 112021 / SP	Quinta	Jorge Mussi	18/12/2008	Não
458	HC 119756 / ES	Sexta	Jane Silva	11/12/2008	Sim
459	HC 111380 / PI	Quinta	Jorge Mussi	11/12/2008	Não
460	HC 102197 / CE	Quinta	Jorge Mussi	11/12/2008	Não
461	HC 112262 / SP	Quinta	Jorge Mussi	09/12/2008	Não
462	HC 88957 / RS	Quinta	Arnaldo Esteves Lima	04/12/2008	Não
463	HC 110299 / SP	Quinta	Felix Fischer	04/12/2008	Não
464	HC 99383 / SP	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	27/11/2008	Não
465	HC 103198 / MS	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	27/11/2008	Não
466	HC 103638 / MG	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	27/11/2008	Não
467	HC 113746 / SP	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	27/11/2008	Não
468	HC 104563 / SP	Quinta	Felix Fischer	27/11/2008	Não
469	HC 112717 / SP	Quinta	Arnaldo Esteves Lima	25/11/2008	Não
470	RHC 23002 / ES	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	24/11/2008	Não
471	HC 109060 / SP	Quinta	Jorge Mussi	18/11/2008	Sim
472	HC 77012 / PI	Quinta	Arnaldo Esteves Lima	18/11/2008	Não
473	HC 96724 / PI	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	11/11/2008	Não
474	HC 91722 / BA	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	11/11/2008	Não
475	HC 106340 / SP	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	06/11/2008	Não
476	HC 101541 / PI	Quinta	Laurita Vaz	30/10/2008	Não
477	HC 114052 / PI	Sexta	Maria Thereza Rocha de Assis Moura	30/10/2008	Não

478	HC 103167 / BA	Quinta	Jorge Mussi	28/10/2008	Não
479	HC 97808 / SP	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	28/10/2008	Não
480	HC 105708 / RJ	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	14/10/2008	Não
481	HC 101716 / RJ	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	14/10/2008	Sim
482	HC 52741 / SC	Sexta	Paulo Gallotti	07/10/2008	Sim
483	RHC 22755 / PI	Quinta	Jorge Mussi	07/10/2008	Não
484	HC 99451 / PE	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	07/10/2008	Não
485	HC 104940 / SP	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	07/10/2008	Não
486	RHC 22848 / SP	Quinta	Arnaldo Esteves Lima	07/10/2008	Não
487	HC 95503 / BA	Quinta	Felix Fischer	02/10/2008	Não
488	HC 101985 / CE	Quinta	Jorge Mussi	23/09/2008	Não
489	HC 101529 / PE	Sexta	Nilson Naves	23/09/2008	Não
490	RHC 24081 / PI	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	16/09/2008	Não
491	RHC 21336 / SC	Quinta	Nilson Naves	16/09/2008	Não
492	HC 109411 / PE	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	09/09/2007	Sim
493	HC 100264 / MA	Sexta	Maria Thereza Rocha de Assis Moura	04/09/2008	Sim
494	HC 104955 / RS	Quinta	Felix Fischer	02/09/2008	Não
495	HC 104340 / RJ	Quinta	Jorge Mussi	28/08/2008	Não
496	RHC 22767 / PI	Quinta	Jorge Mussi	28/08/2008	Não
497	HC 88809 / RJ	Sexta	Paulo Gallotti	26/08/2008	Sim
498	HC 74272 / SP	Quinta	Arnaldo Esteves Lima	21/08/2008	Não
499	HC 99443 / SP	Sexta	Maria Thereza Rocha de Assis Moura	21/08/2008	Não
500	HC 86566 / ES	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	21/08/2008	Sim
501	HC 64713 / SP	Sexta	Nilson Naves	19/08/2008	Não
502	HC 99349 / PE	Quinta	Jorge Mussi	12/08/2008	Não
503	HC 105067 / BA	Sexta	Jane Silva	01/07/2008	Não
504	HC 81975 / SP	Sexta	Nilson Naves	01/07/2008	Sim
505	HC 106537 / MS	Sexta	Maria Thereza Rocha de Assis Moura	26/06/2008	Não
506	HC 98448 / RN	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	24/06/2008	Não
507	HC 103086 / SP	Quinta	Arnaldo Esteves Lima	19/06/2008	Não

508	HC 88900/DF	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	19/06/2008	Não
509	HC 101077 / GO	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	19/06/2008	Não
510	HC 100650 / MG	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	10/06/2008	Não
511	HC 92741 / MG	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	10/06/2008	Sim
512	HC 45915 / SC	Sexta	Maria Thereza Rocha de Assis Moura	10/06/2008	Não
513	HC 99113 / RS	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	05/06/2008	Não
514	HC 101538 / SE	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	05/06/2008	Não
515	HC 86702 / PR	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	28/05/2008	Não
516	RHC 22940 / SP	Quinta	Felix Fischer	28/05/2008	Não
517	HC 88165 / BA	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	27/05/2008	Não
518	HC 97631 / GO	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	20/05/2008	Não
519	HC 100155 / SC	Quinta	Felix Fischer	15/05/2008	Sim
520	HC 96914 / PR	Quinta	Felix Fischer	06/05/2008	Não
521	HC 87.018/SP	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	22/04/2008	Não
522	HC 86841 / CE	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	22/04/2008	Não
523	HC 87319 / SP	Sexta	Maria Thereza Rocha de Assis Moura	22/04/2008	Não
524	HC 95325 / SC	Sexta	Maria Thereza Rocha de Assis Moura	22/04/2008	Sim
525	RHC 23226 / RJ	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	22/04/2008	Não
526	HC 94774 / PE	Quinta	Laurita Vaz	17/04/2008	Não
527	HC 85765 / PA	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	17/04/2008	Não
528	HC 91306 / SP	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	08/04/2008	Não
529	HC 86734 / SP	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	08/04/2008	Não
530	HC 87741 / PE	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	08/04/2008	Não
531	HC 92168 / SP	Quinta	Felix Fischer	08/04/2008	Não
532	HC 87357 / RJ	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	03/04/2008	Não
533	HC 92124 / SE	Quinta	Felix Fischer	03/04/2008	Não
534	HC 92515 / BA	Quinta	Felix Fischer	01/04/2008	Não
535	HC 77406 / SP	Quinta	Laurita Vaz	27/03/2008	Não
536	HC 81589 / BA	Quinta	Jorge Mussi	27/03/2008	Não
537	HC 59406 / PE	Sexta	Nilson Naves	25/03/2008	Não

538	HC 94314 / PE	Sexta	Jane Silva	18/03/2008	Não
539	HC 87659 / BA	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	11/03/2008	Não
540	HC 87510 / BA	Quinta	Laurita Vaz	06/03/2008	Não
541	HC 87774 / SC	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	06/03/2008	Não
542	HC 93669 / MT	Quinta	Jorge Mussi	06/03/2008	Não
543	HC 84480 / RJ	Sexta	Maria Thereza Rocha de Assis Moura	06/03/2008	Não
544	HC 79226 / CE	Quinta	Felix Fischer	04/03/2008	Não
545	HC 75496 / RJ	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	26/02/2008	Não
546	HC 83475 / RJ	Sexta	Maria Thereza Rocha de Assis Moura	25/02/2008	Não
547	RHC 19239 / SP	Quinta	Nilson Naves	25/02/2008	Não
548	HC 89490 / SP	Sexta	Jane Silva	21/02/2008	Não
549	HC 94748 / SP	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	21/02/2008	Não
550	HC 93489 / RJ	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	21/02/2008	Não
551	RHC 22474 / PI	Quinta	Laurita Vaz	21/02/2008	Não
552	RHC 22476 / SP	Quinta	Felix Fischer	21/02/2008	Não
553	HC 56617 / BA	Sexta	Paulo Gallotti	19/02/2008	Não
554	HC 77469 / SP	Quinta	Nilson Naves	19/02/2008	Não
555	HC 90741 / RJ	Quinta	Felix Fischer	07/02/2008	Não
556	HC 90268 / SP	Quinta	Felix Fischer	18/12/2007	Não
557	HC 80865 / PA	Quinta	Felix Fischer	18/12/2007	Não
558	HC 53302 / SP	Quinta	Arnaldo Esteves Lima	17/12/2007	Sim
559	HC 87883 / RN	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	13/12/2007	Não
560	RHC 21901 / PI	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	11/12/2007	Sim
561	HC 87454 / SC	Quinta	Felix Fischer	11/12/2007	Sim
562	HC 89946 / RS	Quinta	Felix Fischer	11/12/2007	Não
563	HC 89175 / PB	Quinta	Felix Fischer	11/12/2007	Não
564	HC 61637 / SP	Quinta	Nilson Naves	11/12/2007	Não
565	HC 74664 / PR	Sexta	Maria Thereza Rocha de Assis Moura	04/12/2007	Não
566	HC 81996 / PE	Sexta	Maria Thereza Rocha de Assis Moura	29/11/2007	Sim
567	HC 90847 / SP	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	28/11/2007	Não

568	HC 81645 / MS	Sexta	Jane Silva	28/11/2007	Não
569	RHC 21663 / PR	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	20/11/2007	Não
570	HC 79149 / SP	Sexta	Maria Thereza Rocha de Assis Moura	13/11/2007	Não
571	HC 67568 / RJ	Sexta	Maria Thereza Rocha de Assis Moura	12/11/2007	Não
572	RHC 20901 / RJ	Sexta	Maria Thereza Rocha de Assis Moura	12/11/2007	Não
573	HC 87152 / SP	Sexta	Maria Thereza Rocha de Assis Moura	30/10/2007	Sim
574	HC 85747 / BA	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	25/10/2007	Sim
575	RHC 22019 / SC	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	25/10/2007	Não
576	HC 61119 / SP	Quinta	Arnaldo Esteves Lima	18/10/2007	Não
577	HC 53734 / RS	Quinta	Arnaldo Esteves Lima	18/10/2007	Não
578	HC 61188 / RN	Sexta	Maria Thereza Rocha de Assis Moura	18/10/2007	Não
579	HC 84601 / SP	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	18/10/2007	Não
580	HC 67731 / PE	Sexta	Maria Thereza Rocha de Assis Moura	18/10/2007	Não
581	HC 67427 / RJ	Quinta	Nilson Naves	18/10/2007	Não
582	HC 68571 / PA	Sexta	Maria Thereza Rocha de Assis Moura	09/10/2007	Não
583	RHC 21372 / SP	Quinta	Arnaldo Esteves Lima	04/10/2007	Não
584	RHC 21910 / PB	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	04/10/2007	Não
585	HC 56413 / RR	Quinta	Felix Fischer	27/09/2007	Não
586	HC 70134 / SP	Sexta	Maria Thereza Rocha de Assis Moura	25/09/2007	Não
587	RHC 21702 / ES	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	20/09/2007	Não
588	HC 76339 / PR	Sexta	Maria Thereza Rocha de Assis Moura	20/09/2007	Não
589	HC 86176 / SP	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	20/09/2007	Não
590	HC 85257 / MS	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	20/09/2007	Sim
591	HC 86620 / SP	Sexta	Maria Thereza Rocha de Assis Moura	18/09/2007	Não
592	HC 69382 / BA	Sexta	Maria Thereza Rocha de Assis Moura	18/09/2007	Não
593	RHC 19204 / SC	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	13/09/2007	Não
594	HC 84092 / PA	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	13/09/2007	Não
595	HC 85295 / CE	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	06/09/2007	Não
596	HC 80953 / BA	Quinta	Felix Fischer	06/09/2007	Não
597	HC 84568 / PE	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	04/09/2007	Não

598	RHC 21654 / PI	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	04/09/2007	Não
599	RHC 21321 / PR	Quinta	Felix Fischer	04/09/2007	Não
600	RHC 21351 / SP	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	29/08/2007	Não
601	HC 79900 / SC	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	29/08/2007	Não
602	RHC 20135 / RS	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	29/08/2007	Não
603	HC 57620 / SP	Sexta	Maria Thereza Rocha de Assis Moura	28/08/2007	Sim
604	HC 79270 / SP	Sexta	Nilson Naves	16/08/2007	Não
605	HC 81705 / PR	Quinta	Felix Fischer	07/08/2007	Não
606	HC 80634 / SP	Quinta	Felix Fischer	07/08/2007	Não
607	HC 69695 / SP	Quinta	Felix Fischer	07/08/2007	Não
608	HC 78556 / GO	Quinta	Felix Fischer	07/08/2007	Não
609	HC 75293 / BA	Quinta	Laurita Vaz	28/06/2007	Não
610	HC 75438 / SP	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	26/06/2007	Não
611	HC 77997 / SC	Quinta	Felix Fischer	21/06/2007	Não
612	HC 73413 / SP	Quinta	Felix Fischer	21/06/2007	Não
613	HC 70435 / SP	Quinta	Felix Fischer	21/06/2007	Não
614	HC 75413 / SP	Quinta	Napoleão Nunes Maia Filho	14/06/2007	Não
615	HC 67973 / SP	Quinta	Felix Fischer	14/06/2007	Não
616	RHC 20417 / PI	Quinta	Felix Fischer	14/06/2007	Não
617	RHC 20566 / BA	Sexta	Maria Thereza Rocha de Assis Moura	12/06/2007	Sim
618	HC 54406 / SP	Sexta	Nilson Naves	24/05/2007	Sim
619	HC 70340 / BA	Quinta	Laurita Vaz	17/05/2007	Não
620	HC 67724 / BA	Quinta	Gilson Dipp	24/05/2007	Não
621	HC 38989 / PE	Sexta	Maria Thereza Rocha de Assis Moura	19/04/2007	Não
622	HC 68459 / SP	Quinta	Felix Fischer	17/04/2007	Não
623	HC 51596 / SP	Sexta	Nilson Naves	17/04/2007	Não
624	HC 74647 / CE	Quinta	Felix Fischer	03/04/2007	Não
625	HC 58753 / PI	Sexta	Maria Thereza Rocha de Assis Moura	15/03/2007	Não
626	HC 71812 / PA	Quinta	Laurita Vaz	15/03/2007	Não
627	HC 50108 / SE	Sexta	Paulo Medina	15/03/2007	Não

628	HC 58107 / BA	Sexta	Maria Thereza Rocha de Assis Moura	08/03/2007	Não
629	HC 69982 / PE	Quinta	Felix Fischer	06/03/2007	Não
630	HC 69448 / PI	Quinta	Gilson Dipp	06/02/2007	Não
631	HC 66182 / SP	Quinta	Felix Fischer	06/02/2007	Não
632	HC 19.470/SE	Sexta	Paulo Medina	06/02/2007	Não
633	HC 55446 / MG	Sexta	Nilson Naves	18/12/2006	Sim
634	HC 63308 / RJ	Quinta	Arnaldo Esteves Lima	12/12/2006	Sim
635	HC 63953 / BA	Sexta	Hamilton Carvalho	07/12/2006	Não
636	HC 66474 / SP	Quinta	Arnaldo Esteves Lima	05/12/2006	Não
637	HC 65295 / PE	Quinta	Gilson Dipp	05/12/2006	Não
638	HC 64411 / SP	Quinta	Felix Fischer	05/12/2006	Sim
639	HC 56697 / PI	Quinta	Felix Fischer	28/11/2006	Não
640	HC 64287 / BA	Sexta	Nilson Naves	24/11/2006	Não
641	HC 49846 / PE	Sexta	Nilson Naves	24/11/2006	Sim
642	HC 61425 / SP	Quinta	Felix Fischer	21/11/2006	Sim
643	HC 59635 / PA	Quinta	Laurita Vaz	14/11/2006	Não
644	HC 62546 / SC	Quinta	Felix Fischer	07/11/2006	Sim
645	HC 57996 / PR	Quinta	Laurita Vaz	24/10/2006	Não
646	HC 47165 / SP	Quinta	Gilson Dipp	24/10/2006	Não
647	HC 62602 / PR	Quinta	Felix Fischer	24/10/2006	Não
648	HC 58104 / SP	Quinta	Felix Fischer	19/10/2006	Não
649	HC 63503 / PE	Quinta	Gilson Dipp	17/10/2006	Sim
650	RHC 19915 / BA	Quinta	Felix Fischer	17/10/2006	Não
651	HC 60589 / RN	Quinta	Felix Fischer	17/10/2006	Não
652	HC 50615 / CE	Sexta	Nilson Naves	17/10/2006	Não
653	RHC 19405 / PI	Quinta	Gilson Dipp	10/10/2006	Não
654	HC 49276 / SP	Sexta	Paulo Gallotti	10/10/2006	Sim
655	HC 56602 / PE	Quinta	Felix Fischer	03/10/2006	Não
656	HC 47903 / SP	Sexta	Paulo Gallotti	21/09/2006	Não
657	HC 45724 / SP	Sexta	Paulo Medina	21/09/2006	Sim

658	HC 60143 / PR	Quinta	Gilson Dipp	19/09/2006	Não
659	HC 61554 / CE	Quinta	Gilson Dipp	19/09/2006	Não
660	HC 61118 / MT	Quinta	Gilson Dipp	12/09/2006	Não
661	HC 60752 / SP	Quinta	Felix Fischer	12/09/2006	Não
662	HC 60768 / AM	Quinta	Felix Fischer	12/09/2006	Não
663	HC 53300 / RJ	Sexta	Hélio Quaglia Barbosa	12/09/2006	Não
664	HC 56754 / RS	Sexta	Paulo Gallotti	22/08/2006	Sim
665	RHC 19600 / SP	Quinta	Laurita Vaz	22/08/2006	Não
666	HC 57119 / RS	Quinta	Felix Fischer	22/08/2006	Não
667	HC 53976 / SP	Sexta	Nilson Naves	22/08/2006	Não
668	HC 51834 / RS	Quinta	Arnaldo Esteves Lima	03/08/2006	Não
669	HC 57395 / CE	Quinta	Felix Fischer	03/08/2006	Não
670	RHC 18980 / GO	Sexta	Nilson Naves	12/06/2006	Não
671	HC 51337 / CE	Quinta	Gilson Dipp	06/06/2006	Não
672	RHC 18250 / BA	Sexta	Nilson Naves	30/05/2006	Não
673	HC 55665 / RO	Quinta	Felix Fischer	16/05/2006	Não
674	HC 52280 / MT	Quinta	Felix Fischer	16/05/2006	Não
675	HC 51177 / SP	Sexta	Paulo Medina	16/05/2006	Não
676	HC 49323 / PE	Sexta	Hamilton Carvalho	09/05/2006	Não
677	HC 47751 / SP	Sexta	Nilson Naves	25/04/2006	Não
678	HC 50496 / PA	Quinta	Felix Fischer	06/04/2006	Não
679	HC 40555 / SP	Sexta	Nilson Naves	04/04/2006	Não
680	HC 45367 / BA	Quinta	Felix Fischer	28/03/2006	Não
681	HC 50456 / PA	Quinta	Felix Fischer	28/03/2006	Não
682	HC 41857 / RS	Sexta	Paulo Medina	28/03/2006	Não
683	HC 42776 / SP	Quinta	Felix Fischer	14/03/2006	Não
684	HC 42220 / SP	Quinta	Felix Fischer	14/03/2006	Não
685	HC 45639 / SP	Quinta	Felix Fischer	16/02/2006	Não
686	RHC 18491 / RJ	Quinta	Felix Fischer	16/02/2006	Não
687	RHC 18615 / SP	Quinta	Felix Fischer	07/02/2006	Não

688	HC 46445 / RO	Quinta	Laurita Vaz	02/02/2006	Não
689	HC 47251 / BA	Quinta	Felix Fischer	02/02/2006	Não
690	HC 48490 / PE	Quinta	Felix Fischer	02/02/2006	Não
691	HC 40010 / BA	Quinta	Gilson Dipp	13/12/2005	Sim
692	HC 44676 / MS	Sexta	Nilson Naves	13/12/2005	Sim
693	RHC 18400 / PI	Quinta	Felix Fischer	13/12/2005	Não
694	HC 43153 / BA	Sexta	Nilson Naves	13/12/2005	Não
695	HC 43939 / PI	Sexta	Nilson Naves	13/12/2005	Não
696	HC 43809 / BA	Sexta	Nilson Naves	09/12/2005	Não
697	HC 47759 / PE	Quinta	Felix Fischer	06/12/2005	Sim
698	HC 37103 / PR	Sexta	Hamilton Carvalho	29/11/2005	Sim
699	HC 45355 / SP	Quinta	Felix Fischer	08/11/2005	Não
700	HC 44004 / PI	Quinta	Gilson Dipp	20/10/2005	Não
701	RHC 17285 / SP	Sexta	Nilson Naves	20/10/2005	Não
702	HC 43138 / PI	Quinta	Gilson Dipp	11/10/2005	Não
703	HC 43483 / SP	Quinta	Felix Fischer	11/10/2005	Não
704	HC 43300 / RJ	Quinta	Felix Fischer	11/10/2005	Não
705	HC 36258 / SE	Sexta	Paulo Medina	06/10/2005	Não
706	HC 43503 / PA	Quinta	Felix Fischer	06/10/2005	Não
707	HC 39942 / PE	Quinta	Felix Fischer	04/10/2005	Não
708	HC 46219 / SE	Quinta	Felix Fischer	04/10/2005	Não
709	RHC 17733 / PI	Quinta	Felix Fischer	27/09/2005	Não
710	HC 43439 / RJ	Quinta	Felix Fischer	15/09/2005	Não
711	RHC 17812 / RN	Quinta	Felix Fischer	06/09/2005	Não
712	HC 41768 / SP	Quinta	Felix Fischer	06/09/2005	Não
713	HC 41570 / SP	Quinta	Felix Fischer	06/09/2005	Não
714	HC 43151 / SP	Quinta	Gilson Dipp	18/08/2005	Não
715	HC 41338 / SP	Sexta	Nilson Naves	30/06/2005	Sim
716	HC 41090 / PA	Quinta	Felix Fischer	28/06/2005	Não
717	HC 43303 / BA	Sexta	Hélio Quaglia Barbosa	28/06/2005	Não

718	HC 38461 / SP	Quinta	Gilson Dipp	21/06/2005	Não
719	HC 40355 / SP	Quinta	Gilson Dipp	21/06/2005	Não
720	HC 40164 / PA	Quinta	Felix Fischer	21/06/2005	Não
721	HC 35910 / BA	Sexta	Nilson Naves	21/06/2005	Não
722	HC 38673 / CE	Sexta	Hélio Quaglia Barbosa	16/06/2005	Sim
723	HC 43287 / PA	Quinta	Laurita Vaz	16/06/2005	Sim
724	RHC 17548 / SP	Quinta	Arnaldo Esteves Lima	16/06/2005	Não
725	HC 42214 / MS	Quinta	Gilson Dipp	07/06/2005	Não
726	HC 39272 / SP	Quinta	Gilson Dipp	07/06/2005	Não
727	RHC 17633 / BA	Quinta	Felix Fischer	02/06/2005	Não
728	RHC 15990 / ES	Sexta	Paulo Gallotti	03/05/2005	Não
729	HC 39481 / BA	Quinta	Gilson Dipp	12/04/2005	Não
730	HC 41273 / SP	Sexta	Paulo Medina	07/04/2005	Não
731	HC 41538 / PI	Quinta	Felix Fischer	07/04/2005	Não
732	HC 37235 / RJ	Quinta	Arnaldo Esteves Lima	17/03/2005	Sim
733	HC 37549 / RJ	Quinta	Felix Fischer	17/03/2005	Não
734	HC 41116 / RS	Quinta	Felix Fischer	17/03/2005	Sim
735	HC 38103 / AL	Sexta	Hélio Quaglia Barbosa	01/03/2005	Sim
736	HC 39143 / RN	Quinta	Felix Fischer	01/03/2005	Não
737	HC 38783 / PA	Quinta	Felix Fischer	22/02/2005	Não

APÊNDICE D – Relação dos julgados analisados: Supremo Tribunal Federal

	Nº HC/RHC	Órgão julgador	Relator (a)	Julgado em:	Pesquisa qualitativa?
1	HC 135324 / SP	Segunda Turma	Teori Zavascki	22/11/2016	Não
2	HC 136183 / PE	Segunda Turma	Dias Toffoli	22/11/2016	Não
3	HC 134900 / RS	Segunda Turma	Gilmar Mendes	11/10/2016	Não
4	HC 128650 / PE	Segunda Turma	Dias Toffoli	20/09/2016	Não
5	HC 134904 / SP	Segunda Turma	Dias Toffoli	13/09/2016	Não
6	HC 131715 / MG	Segunda Turma	Teori Zavascki	06/09/2016	Não
7	HC 132543 / RS	Primeira Turma	Rosa Weber	02/08/2016	Sim
8	HC 120235 / SP	Primeira Turma	Edson Fachin	15/03/2016	Sim
9	RHC 125240 / PE	Primeira Turma	Rosa Weber	23/02/2016	Sim
10	HC 129917 / RJ	Segunda Turma	Teori Zavascki	17/11/2015	Sim
11	HC 124707 / SP	Primeira Turma	Rosa Weber	03/11/2015	Sim
12	HC 126573 / BA	Primeira Turma	Rosa Weber	13/10/2015	Não
13	HC 129463 / MT	Primeira Turma	Rosa Weber	29/09/2015	Não
14	RHC 128241 / SC	Segunda Turma	Gilmar Mendes	08/09/2015	Não
15	HC 128278 / PR	Segunda Turma	Teori Zavascki	18/08/2015	Sim
16	HC 127621 / CE	Primeira Turma	Rosa Weber	30/06/2015	Não
17	HC 126756 / SP	Primeira Turma	Rosa Weber	23/06/2015	Sim
18	HC 127457 / BA	Segunda Turma	Dias Toffoli	09/06/2015	Não
19	RHC 127757 / DF	Segunda Turma	Teori Zavascki	02/06/2015	Não
20	HC 85011 / RS	Primeira Turma	Luiz Fux	26/05/2015	Não
21	HC 125221 / SP	Primeira Turma	Rosa Weber	19/05/2015	Sim
22	HC 126070 / ES	Primeira Turma	Rosa Weber	12/05/2015	Não
23	RHC 123295 / PE	Primeira Turma	Rosa Weber	24/03/2015	Não
24	HC 126051 / MG	Segunda Turma	Dias Toffoli	24/03/2015	Não
25	HC 124804 / CE	Primeira Turma	Rosa Weber	03/03/2015	Sim
26	HC 107346 / AL	Segunda Turma	Cármem Lúcia	24/02/2015	Sim
27	HC 124.027/MG	Primeira Turma	Rosa Weber	16/12/2014	Sim
28	HC 124.381/ES	Segunda Turma	Teori Zavascki	09/12/2014	Sim

29	HC 124884 / RJ	Segunda Turma	Teori Zavascki	09/12/2014	Não
30	RHC 122973 / PA	Segunda Turma	Teori Zavascki	16/09/2014	Sim
31	RHC 122.462/SP	Segunda Turma	Teori Zavascki	26/08/2014	Não
32	HC 113797/SP	Segunda Turma	Teori Zavascki	26/08/2014	Sim
33	HC 122546/RJ	Primeira Turma	Luiz Fux	27/05/2014	Não
34	HC 120791 / PR	Segunda Turma	Cármén Lúcia	20/05/2014	Não
35	HC 119365/PE	Primeira Turma	Dias Toffoli	29/04/2014	Sim
36	HC 118830 / SP	Primeira Turma	Roberto Barroso	25/03/2014	Sim
37	HC 119062/MG	Primeira Turma	Rosa Weber	18/02/2014	Não
38	HC 116029/MG	Primeira Turma	Rosa Weber	04/02/2014	Não
39	HC 108929/PE	Segunda Turma	Teori Zavascki	17/12/2013	Sim
40	RHC 118034 / DF	Primeira Turma	Rosa Weber	03/12/2013	Não
41	HC 118913 / GO	Segunda Turma	Luiz Fux	19/11/2013	Não
42	HC 111801 / ES	Segunda Turma	Teori Zavascki	12/11/2013	Não
43	HC 119376/MS	Primeira Turma	Luiz Fux	05/11/2013	Não
44	HC 117023 / ES	Primeira Turma	Luiz Fux	29/10/2013	Sim
45	HC 117746 / ES	Primeira Turma	Luiz Fux	17/09/2013	Não
46	HC 115201 / MA	Primeira Turma	Luiz Fux	03/09/2013	Não
47	HC 111205 / CE	Primeira Turma	Roberto Barroso	20/08/2013	Não
48	HC 115963 / PE	Segunda Turma	Teori Zavascki	11/06/2013	Sim
49	HC 113829 / BA	Primeira Turma	Rosa Weber	04/06/2013	Não
50	HC 110288/PE	Primeira Turma	Luiz Fux	21/05/2013	Sim
51	HC 116113/SP	Segunda Turma	Gilmar Mendes	07/05/2013	Não
52	HC 111119 / PI	Primeira Turma	Luiz Fux	23/04/2013	Não
53	HC 113189 / RS	Segunda Turma	Cármén Lúcia	02/04/2013	Não
54	HC 112744 / RS	Primeira Turma	Luiz Fux	02/04/2013	Não
55	HC 114298 / SP	Segunda Turma	Ricardo Lewandowski	19/03/2013	Sim
56	HC 115288/RS	Primeira Turma	Luiz Fux	19/03/2013	Não
57	HC 114711 / DF	Primeira Turma	Dias Toffoli	19/03/2013	Não
58	HC 115112 / SP	Segunda Turma	Ricardo Lewandowski	19/03/2013	Não

59	HC 114758 / PE	Segunda Turma	Ricardo Lewandowski	12/03/2013	Não
60	HC 112392 / MS	Primeira Turma	Rosa Weber	19/02/2013	Não
61	HC 114166 / SP	Segunda Turma	Ricardo Lewandowski	05/02/2013	Sim
62	HC 114804 / DF	Segunda Turma	Gilmar Mendes	11/12/2012	Sim
63	HC 109714 / PE	Primeira Turma	Rosa Weber	11/12/2012	Sim
64	HC 111755 / ES	Segunda Turma	Gilmar Mendes	26/06/2012	Não
65	HC 113611 / RJ	Segunda Turma	Cezar Peluso	26/06/2012	Sim
66	HC 108426 / SP	Primeira Turma	Luiz Fux	12/06/2012	Não
67	HC 112171 / MT	Segunda Turma	Cezar Peluso	12/06/2012	Não
68	HC 108514 / MT	Primeira Turma	Rosa Weber	15/05/2012	Não
69	HC 108151 / CE	Primeira Turma	Rosa Weber	24/04/2012	Sim
70	HC 107202 / CE	Primeira Turma	Rosa Weber	24/04/2012	Não
71	HC 111173 / SP	Segunda Turma	Celso de Mello	27/03/2012	Não
72	HC 111482 / SP	Segunda Turma	Gilmar Mendes	20/03/2012	Não
73	HC 110729 / SP	Segunda Turma	Ricardo Lewandowski	13/03/2012	Sim
74	HC 110365 / SP	Primeira Turma	Dias Toffoli	28/02/2012	Sim
75	HC 108821 / MG	Segunda Turma	Gilmar Mendes	28/02/2012	Não
76	HC 110350/PE	Segunda Turma	Ricardo Lewandowski	14/02/2012	Não
77	HC 109037 / SP	Primeira Turma	Cármen Lúcia	22/11/2011	Sim
78	HC 107339 / RJ	Primeira Turma	Luiz Fux	08/11/2011	Não
79	HC 110022 / PR	Segunda Turma	Ayres Britto	08/11/2011	Sim
80	HC 109349 / MG	Segunda Turma	Gilmar Mendes	25/10/2011	Não
81	HC 108949 / RJ	Segunda Turma	Gilmar Mendes	18/10/2011	Não
82	HC 108504 / PE	Segunda Turma	Ricardo Lewandowski	11/10/2011	Sim
83	HC 109217 / SC	Primeira Turma	Cármen Lúcia	04/10/2011	Sim
84	HC 107798 / PE	Segunda Turma	Ayres Britto	20/09/2011	Não
85	RHC 105431 / GO	Primeira Turma	Cármen Lúcia	02/08/2011	Não
86	HC 104346 / SP	Primeira Turma	Luiz Fux	07/06/2011	Não
87	HC 107476 / SP	Primeira Turma	Ricardo Lewandowski	31/05/2011	Não
88	HC 101053 / RS	Primeira Turma	Cármen Lúcia	31/05/2011	Não

89	HC 106991 / BA	Primeira Turma	Ricardo Lewandowski	26/04/2011	Não
90	HC 104510 / GO	Segunda Turma	Ellen Gracie	19/04/2011	Não
91	HC 98620 / RJ	Primeira Turma	Luiz Fux	12/04/2011	Sim
92	HC 105541 / MA	Primeira Turma	Marco Aurélio	05/04/2011	Não
93	HC 102971 / RJ	Segunda Turma	Ellen Gracie	29/03/2011	Não
94	HC 106448 / RJ	Segunda Turma	Gilmar Mendes	22/02/2011	Sim
95	HC 101970 / PA	Primeira Turma	Dias Toffoli	15/02/2011	Não
96	HC 102127 / GO	Segunda Turma	Ellen Gracie	14/12/2010	Sim
97	RHC 98731 / SC	Primeira Turma	Cármen Lúcia	02/12/2010	Não
98	HC 101502 / RJ	Primeira Turma	Ricardo Lewandowski	02/12/2010	Não
99	HC 102062 / SP	Primeira Turma	Ricardo Lewandowski	02/12/2012	Não
100	HC 104667 / PE	Primeira Turma	Dias Toffoli	19/10/2010	Sim
101	HC 103852 / SP	Primeira Turma	Dias Toffoli	19/10/2010	Não
102	HC 102668 / PA	Primeira Turma	Dias Toffoli	05/10/2010	Não
103	HC 102034 / PE	Primeira Turma	Dias Toffoli	28/09/2010	Sim
104	HC 103951/PE	Primeira Turma	Dias Toffoli	28/09/2010	Não
105	HC 103189 / CE	Primeira Turma	Cármen Lúcia	14/09/2010	Não
106	HC 103599 / RS	Primeira Turma	Ricardo Lewandowski	31/08/2010	Sim
107	HC 103334 / MA	Primeira Turma	Cármen Lúcia	03/08/2010	Não
108	HC 102729/CE	Primeira Turma	Ayres Britto	29/06/2010	Não
109	HC 101364 / RJ	Segunda Turma	Ellen Gracie	08/06/2010	Não
110	HC 103302 / SP	Primeira Turma	Ricardo Lewandowski	01/06/2010	Não
111	HC 98842/SP	Primeira Turma	Ricardo Lewandowski	25/05/2010	Não
112	HC 102119 / ES	Segunda Turma	Eros Grau	25/05/2010	Sim
113	HC 98611 / BA	Primeira Turma	Ricardo Lewandowski	04/05/2010	Sim
114	HC 101031 / SP	Segunda Turma	Ellen Gracie	04/05/2010	Não
115	HC 101242 / SP	Primeira Turma	Ricardo Lewandowski	27/04/2011	Não
116	HC 102159 / DF	Segunda Turma	Eros Grau	27/04/2010	Sim
117	HC 96775 / PA	Primeira Turma	Dias Toffoli	20/04/2010	Não
118	HC 98621 / PI	Primeira Turma	Ricardo Lewandowski	23/03/2010	Sim

119	HC 97900 / SP	Primeira Turma	Dias Toffoli	16/03/2010	Não
120	HC 100375 / RJ	Primeira Turma	Dias Toffoli	09/02/2010	Não
121	HC 97299 / RJ	Segunda Turma	Ellen Gracie	15/12/2009	Não
122	HC 101110 / CE	Segunda Turma	Eros Grau	15/12/2009	Não
123	HC 98252 / PA	Primeira Turma	Ricardo Lewandowski	01/12/2009	Sim
124	HC 100979 / SP	Primeira Turma	Cármen Lúcia	01/12/2009	Não
125	HC 99936 / CE	Segunda Turma	Ellen Gracie	24/11/2009	Não
126	HC 97542 / PB	Segunda Turma	Ellen Gracie	24/11/2009	Sim
127	HC 97743 / SP	Segunda Turma	Eros Grau	24/11/2009	Não
128	HC 98082 / RJ	Primeira Turma	Ricardo Lewandowski	24/11/2009	Não
129	HC 100116 / SP	Primeira Turma	Cármen Lúcia	24/11/2009	Não
130	HC 99831 / BA	Segunda Turma	Ellen Gracie	17/11/2009	Sim
131	HC 100053 / ES	Segunda Turma	Cezar Peluso	17/11/2009	Sim
132	HC 100111 / SP	Segunda Turma	Cezar Peluso	17/11/2009	Sim
133	HC 100529 / RJ	Segunda Turma	Eros Grau	17/11/2009	Não
134	HC 98255 / RS	Primeira Turma	Cármen Lúcia	17/11/2009	Sim
135	HC 100574/MG	Segunda Turma	Celso de Mello	10/11/2009	Não
136	HC 97967 / SP	Primeira Turma	Cármen Lúcia	10/11/2009	Não
137	HC 98163 / SP	Segunda Turma	Ellen Gracie	06/10/2009	Não
138	HC 98233 / PB	Segunda Turma	Eros Grau	06/10/2009	Não
139	HC 99145 / PR	Segunda Turma	Ellen Gracie	06/10/2009	Não
140	HC 98689 / SP	Primeira Turma	Ricardo Lewandowski	06/10/2009	Não
141	HC 99377 / SP	Segunda Turma	Ellen Gracie	29/09/2009	Não
142	HC 98384 / MG	Primeira Turma	Carlos Britto	29/09/2009	Não
143	HC 95944 / SP	Segunda Turma	Celso de Mello	29/09/2009	Não
144	HC 98242 / PE	Segunda Turma	Eros Grau	15/09/2009	Não
145	HC 98015 / SP	Segunda Turma	Ellen Gracie	25/08/2009	Não
146	HC 96714 / CE	Primeira Turma	Cármen Lúcia	23/06/2009	Não
147	HC 99289 / RS	Segunda Turma	Celso de Mello	23/06/2009	Não
148	HC 97983 / SP	Segunda Turma	Ellen Gracie	02/06/2009	Não

149	HC 95922 / SP	Primeira Turma	Cármen Lúcia	19/05/2009	Não
150	HC 94001 / SP	Primeira Turma	Menezes Direito	28/04/2009	Não
151	HC 95892 / SP	Primeira Turma	Cármen Lúcia	31/03/2009	Não
152	HC 97522 / SP	Segunda Turma	Eros Grau	24/03/2009	Não
153	HC 93796 / PE	Segunda Turma	Cezar Peluso	10/03/2009	Não
154	HC 95505 / SP	Primeira Turma	Menezes Direito	03/02/2009	Não
155	HC 96327 / RJ	Segunda Turma	Eros Grau	16/12/2008	Sim
156	HC 94249 / PR	Segunda Turma	Joaquim Barbosa	09/12/2008	Não
157	HC 94533 / PE	Segunda Turma	Eros Grau	11/11/2008	Não
158	HC 94486 / SP	Primeira Turma	Menezes Direito	14/10/2008	Não
159	HC 95045 / RJ	Segunda Turma	Ellen Gracie	09/09/2008	Sim
160	HC 94374 / MT	Primeira Turma	Menezes Direito	26/08/2008	Sim
161	HC 94294 / SP	Segunda Turma	Cezar Peluso	05/08/2009	Não
162	HC 92719 / ES	Segunda Turma	Joaquim Barbosa	24/06/2008	Não
163	HC 93786 / ES	Primeira Turma	Carlos Britto	17/06/2008	Não
164	HC 92848/PR	Segunda Turma	Ellen Gracie	10/06/2008	Não
165	HC 94100 / SP	Primeira Turma	Cármen Lúcia	03/06/2008	Não
166	HC 89622 / BA	Primeira Turma	Carlos Britto	03/06/2008	Sim
167	HC 94059 / RJ	Primeira Turma	Ricardo Lewandowski	06/05/2008	Não
168	HC 87676/SP	Segunda Turma	Cezar Peluso	06/05/2008	Não
169	HC 93523 / SP	Primeira Turma	Carlos Britto	29/04/2008	Não
170	HC 93443 / RJ	Primeira Turma	Cármen Lúcia	29/04/2008	Não
171	HC 93475 / SP	Primeira Turma	Menezes Direito	22/04/2008	Sim
172	HC 93116 / SP	Segunda Turma	Eros Grau	08/04/2008	Sim
173	HC 93048 / BA	Segunda Turma	Eros Grau	08/04/2008	Não
174	HC 93293 / MS	Primeira Turma	Menezes Direito	18/03/2008	Não
175	HC 92863 / BA	Primeira Turma	Menezes Direito	11/03/2008	Não
176	HC 92255 / PE	Primeira Turma	Menezes Direito	11/03/2008	Não
177	HC 87550 / BA	Primeira Turma	Menezes Direito	04/03/2008	Não
178	HC 91662 / PR	Segunda Turma	Celso de Mello	04/03/2008	Não

179	HC 92747 / SP	Primeira Turma	Menezes Direito	04/03/2008	Não
180	HC 92453 / RN	Segunda Turma	Eros Grau	12/02/2008	Não
181	HC 92729 / SP	Primeira Turma	Menezes Direito	12/02/2008	Não
182	HC 91161 / BA	Segunda Turma	Cezar Peluso	11/11/2008	Não
183	HC 92896 / RS	Segunda Turma	Eros Grau	04/12/2007	Sim
184	HC 92483 / PE	Segunda Turma	Eros Grau	27/11/2007	Não
185	HC 92615 / SP	Primeira Turma	Menezes Direito	13/11/2007	Não
186	HC 92204 / PR	Primeira Turma	Menezes Direito	16/10/2007	Não
187	HC 90889 / PE	Segunda Turma	Joaquim Barbosa	09/10/2007	Não
188	HC 91118 / SP	Primeira Turma	Menezes Direito	02/10/2007	Sim
189	HC 91430 / PA	Segunda Turma	Eros Grau	04/09/2007	Não
190	HC 90907 / CE	Segunda Turma	Eros Grau	08/05/2007	Sim
191	HC 88443 / BA	Segunda Turma	Eros Grau	08/05/2007	Não
192	HC 88435 / GO	Primeira Turma	Cármen Lúcia	13/02/2007	Sim
193	HC 86104 / SE	Primeira Turma	Cármen Lúcia	13/02/2007	Sim
194	HC 90074 / CE	Segunda Turma	Cezar Peluso	06/02/2007	Sim
195	HC 88580 / RJ	Primeira Turma	Marco Aurélio	06/02/2007	Não
196	HC 89863 / CE	Segunda Turma	Eros Grau	18/12/2006	Sim
197	HC 89479 / PR	Primeira Turma	Marco Aurélio	21/11/2006	Sim
198	HC 89090 / GO	Segunda Turma	Gilmar Mendes	21/11/2006	Não
199	HC 89168 / RO	Primeira Turma	Cármen Lúcia	26/09/2006	Não
200	HC 87721 / PE	Primeira Turma	Cármen Lúcia	15/08/2006	Sim
201	HC 88025 / ES	Segunda Turma	Celso de Mello	13/06/2006	Sim
202	HC 87461 / RJ	Primeira Turma	Cezar Peluso	13/06/2006	Não
203	HC 87189 / RS	Primeira Turma	Cezar Peluso	02/05/2006	Sim
204	HC 86915/SP	Segunda Turma	Gilmar Mendes	21/02/2006	Sim
205	HC 84931/CE	Primeira Turma	Cezar Peluso	25/11/2005	Sim
206	HC 85283 / ES	Segunda Turma	Celso de Mello	26/04/2005	Sim
207	HC 85237 / DF	Tribunal Pleno	Celso de Mello	17/03/2005	Não